**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES**

 **LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIA DE FÁTIMA GOMES PEREIRA FERRAZ

**A IMPORTÂNCIA FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: O PROCESSO DA CONQUISTA AO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE EM 1927**

 GOIÂNIA/GO

 2020/2

MARIA DE FÁTIMA GOMES PEREIRA FERRAZ

A IMPORTÂNCIA FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: O PROCESSO DA CONQUISTA AO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE EM 1927

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação de Pesquisa do Curso de Licenciatura em História da Escola de Formação de professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Professora Licenciada em História.

 Orientadora: Me. Maria Madalena Queiroz

 GOIÂNIA/GO

 2020/2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

**Monografia n° Semestralidade 2020 – 2**

Autora: MARIA DE FÁTIMA GOMES PEREIRA FERRAZ

 Título: A IMPORTÂNCIA FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: O PROCESSO DA CONQUISTA AO VOTO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE EM 1927

**TERMO DE APROVAÇÃO**

 O trabalho foi apresentado durante o I Colóquio de História e Arqueologia realizado entre 07 a 12 de Dezembro de 2020, conforme as “Normas de Monografia” da Coordenação de Pesquisa em História, instituídas pela Coordenação de História por intermédio do Ato Próprio Normativo n° 0001/2020. O (a) candidato (a) foi arguido (a) pelos (as) docentes nomeados (as) abaixo e seu trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para obtenção do título de Professor (a) Licenciado (a) em História, considerado

 (Aprovado, aprovado com ressalvas ou reprovado).

 Goiânia, 08 de Dezembro de 2020.

Prof(a).:Me. Simone Cristina Rezende Schmaltz

Prof(a).: Me. Maria Madalena Queiroz, orientador (a) e presidente da banca.

 Visto da Coordenação de Pesquisa em História

**AGRADECIMENTOS**

 Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado à força necessária para todos os enfrentamentos ao longo do curso de Graduação em História, na PUC Goiás, e o discernimento para continuar nos momentos de aflição e desânimo. Agradeço inicialmente ao meu esposo Edimar Lopes Ferraz que me ofereceu todo o suporte e o apoio incondicional nessa caminhada, sou imensamente grata por sua compreensão a qual eu precisei em todo esse percurso. Estendo esse agradecimento as minhas amigas de curso, Antônia Vanessa, Kamila Sales e Mariana Júlia pela ajuda em todas as vezes que as dificuldades e dúvidas surgiam, eram as pessoas a quem eu recorria nesses momentos.

 Agradeço de modo especial a todos os professores do curso de graduação História, pelo conhecimento histórico e intelectual que foram por eles ministrados e que contribuíram para que hoje eu esteja concluindo este curso. Agradeço de forma especial ao Professor Antônio Luiz pela ajuda na escolha desse tema tão relevante para nossos dias. Um agradecimento especial à minha orientadora professora Maria Madalena Queiroz por pacientemente ter me orientado no processo de construção desta monografia, e estendo o agradecimento a professora Simone Cristina Resende Schmaltz por ter aceito a fazer a leitura do meu trabalho.

 Agradeço a todos os colegas que de forma direta ou indireta contribuíram para o meu aprendizado.

 **RESUMO**

O voto feminino foi um dos fatores que mais proporcionaram uma trajetória de lutas de mulheres durante o século XIX e XX e para a sua concretização, uma infinidade de eventos ocorridos durante esses séculos mudaram a visão feminina e o ingresso das mulheres na educação, proporcionaram uma reflexão e consciência, o que contribuiu para que estas se organizassem e lutassem em prol dos seus direitos de emancipação. E nesse contexto de dominação masculina o patriarcado com os seus preconceitos sobre a capacidade intelectual da mulher teve uma contribuição significativa nesse processo onde a mulher é vista como um objeto para fins de reprodução, sexual e doméstico, como bem nos apresenta Gerda Lerner (2019), dentre outras pesquisadoras que abordam esse assunto. Nesse panorama de lutas, destaco o Rio Grande Do Norte na luta pela emancipação feminina, assim como a figura de Nísia Floresta que com as suas obras Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens, assim como Opúsculo Humanitário (1989), denunciava a precariedade da educação feminina e exigia mudanças. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como esses movimentos de mulheres tanto na Europa como nos EUA os quais o Brasil se inspirou mudaram a concepção das mulheres em relação a si mesma, influenciando suas lutas em prol do sufrágio feminino e aqui faço um destaque para Bertha Lutz. Como resultados tentou-se encontrar como esses fatos citados e por meio de levantamento de hipóteses de publicações de vários autores acerca desses movimentos e como estes contribuíram para a emancipação feminina através do voto que ocorreu no Rio Grande do Norte em 1927.

Palavras-chaves: mulheres; lutas femininas; voto; emancipação; autonomia.

 **ABSTACT**

The female vote was one of the factors that most provided a trajectory of women's struggles during the nineteenth and twentieth centuries and for its implementation, an infinity of events that occurred during those centuries changed the female vision with the entry of women in education, provided a reflection and conscience, where they organized and fought for their rights of emancipation. And in this context of male domination, patriarchy with its prejudices about the intellectual capacity of women had a significant contribution in this process where women are seen as an object for the purposes of reproduction, sexual and domestic, as well presented by Gerda Lerner (2019), among other researchers who address this subject. In this panorama of struggles, I highlight Rio Grande Do Norte in the struggle for female emancipation, as well as Nísia Floresta who, with her works Rights of Women and Injustices of Men, as well as Opelho Humanitarian (1989), denounced the precariousness of female education and demanded changes. This research aims to analyze how these women's movements both in Europe and in the USA, which Brazil was inspired by, changed the conception of women in relation to themselves, influencing the struggle for women's suffrage, women like Bertha Lutz. As a result, we tried to find out how these facts were cited and through the Hypothesis survey of publications by various authors about these movements and how they contributed to female emancipation through the vote that took place in Rio Grande do Norte in 1927.

Keywords: women; female struggles; vote; emancipation; autonomy.

 SUMÁRIO

[INTRODUÇÃO 8](#_Toc57541053)

[CAPÍTULO 1 - AS TRANSFORMAÇÕES GERAIS DO SÉCULO XIX NO CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E NA EDUCAÇÃO FEMININA MUNDIAL. 14](#_Toc57541054)

[1.1. Breve panorama do conte mundial 14](#_Toc57541055)

[1.2. O contexto fator econômico 19](#_Toc57541056)

[1.3. A educação feminina como instrumento de transformação. 21](#_Toc57541057)

[1.4. Aspirações sociais e políticas na luta pela emancipação feminina 28](#_Toc57541058)

[1.5. O patriarcado como expressão da dominação feminina. 34](#_Toc57541059)

[CAPÍTULO 2 - A IMPORTÂNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE NA CONQUISTA DO VOTO FEMININO 39](#_Toc57541060)

[2.1. Breve contextualização histórica e social do Rio Grande do Norte no período da colonização. 39](#_Toc57541061)

[2.2. Primeiras transformações do Rio Grande do Norte no decorrer do século XIX 44](#_Toc57541062)

[2.3. Nísia Floresta, uma mulher à frente do seu tempo. 46](#_Toc57541063)

[2.4. Os movimentos feministas no Brasil 52](#_Toc57541064)

[2.5. A Emancipação feminina através do voto em 1927 64](#_Toc57541065)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 73](#_Toc57541066)

[REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 77](#_Toc57541067)

# INTRODUÇÃO

 A ideia para elaboração do trabalho de conclusão do curso de graduação de História ocorreu a partir da sugestão de um professor do referido curso, que me apresentou este tema, e através de pesquisas bibliográficas dos autores indicados, procurei fazer um levantamento prévio das ideias que envolvem o assunto, encontrando na produção bibliográfica do século XIX e XX um amplo material que nos revela uma visão do contexto histórico, econômico e social da época e mais particularmente uma visão patriarcal da sociedade em relação ao comportamento feminino. Apresento Nísia Floresta, brasileira, nascida no Rio Grande do Norte, e a escolha dessa figura feminina se deu por sua grande representatividade na luta pelos direitos das mulheres, quando o assunto é emancipação feminina e sobre mulheres que influenciaram as transformações que impactaram na vida feminina, Nísia é a grande referência, considerada como a primeira feminista brasileira, foi escritora, professora e intelectual, que com divulgação das suas ideias contribuiu para fortalecer a posição da mulher na sociedade à época e até nos dias atuais. Seu posicionamento de resistência às imposições e a opressão da época sobre acesso à educação e oportunidades iguais, foram o grande impulsionador para que as novas gerações pudessem ter os argumentos necessários para reivindicar seus direitos políticos e sociais e tendo o Rio Grande do Norte como o percussor da grande conquista feminina que foi o voto.

 Contextualizo com diferentes fontes as discussões envolvendo o termo gênero, principalmente, em relação à vida da mulher e suas diferentes interpretações, que, tornou-se recorrente nos dias atuais, e o direito da mulher em relação ao seu corpo, têm sido atualmente tema de grandes discussões, este mesmo foi enriquecido com diferentes opiniões em relação ao papel social a qual a mulher ocupa na sociedade, e nos faz refletir e a ter mais informações sobre o quão difícil foi para as mulheres obterem direitos que parecem hoje tão simples, mas que provocaram tantas lutas ao longo da sua constituição. Pode-se observar que a educação tão negada e cerceada às mulheres contribuiu para que estas refletissem sobre a sua condição de subordinada à opressão masculina e o longo caminho que por elas foi percorrido até alcançar sua autonomia.

 Na tentativa de melhor esclarecer como os movimentos feministas, sofreram e ainda sofrem as más interpretações de muitos e isso inclui homens e também mulheres, que, ou por falta de conhecimento ou por ideologia, questões políticas e religiosas, interpretam as lutas femininas não como uma luta por direitos políticos e civis, mas sim, como uma forma de se sentir superior aos homens ou de disseminar ódio aos mesmos, e não tendo uma reflexão assertiva das lutas pelos seus direitos, e sim, tendo uma visão distorcida dos acontecimentos que envolvem esse assunto.

 Destaco que as transformações que ocorriam na Europa e nos EUA, no que se refere à educação, emancipação política, social e cultural principalmente no que tange o mundo capitalista deram os primeiros passos para que as mulheres que ingressavam no ensino pudessem ter o conhecimento e o esclarecimento das suas capacidades intelectuais. “No seu livro a Era dos Impérios” Eric Hobsbawm (1987), propõe a reflexão dos acontecimentos os quais, as questões de gênero e submissão da mulher são impostas pelo modelo patriarcal.

 As lutas de August Bebel (1904) em prol das classes operárias e dos direitos de emancipação feminina e as constantes discussões sobre igualdade de direitos civis e políticos, nos dias atuais são oportunas para lembrar que, essa luta vem se arrastando há séculos e por mais que se tenha avançado, ganhou novos ares nos últimos tempos, com o constante retrocesso em decorrência das leis estabelecidas em relação ao direito feminino, e como disse Bebel no seu livro” A Mulher e o Socialismo”, as leis constituem o estado social de um povo, e estas expressam à imagem de quem as representa e dependendo do que estas estabelecem os serem mais oprimidas sofrem as suas diretrizes, e os direitos aos quais as mulheres lutaram tanto para conseguir podem ser ameaçados por constantes transformações políticas.

 Ressalto a importância de Alexandra Kollotani (1926), uma ativista russa que enfrentou o sistema e se tornou a primeira embaixadora do governo bolchevique, assim como outras que tiveram um papel fundamental na construção de uma nova maneira de pensar a situação feminina e discuto ainda, como a entrada da mulher em movimentos abolicionistas e operários, nos EUA, na Europa e no Brasil que inspirado nos acontecimentos através de mulheres como Nísia Floresta deu um passo em direção às novas reivindicações de direitos sociais e políticos e como a educação se tornou um importante aliado para que as mulheres pudessem adquirir mais consciência da própria realidade a qual eram submetidas.

 Busco ressaltar como o patriarcado e suas diferentes interpretações na visão de Gerda Lerner (1986) assim como Joan Scott (1995) dentre outras, dão suas contribuições às relações de dominação e subjugação do homem na condição de inferioridade da mulher.

 Como objetivo desta pesquisa, destaco sobre a organização política e social da cultura do Rio Grande do Norte relacionando os principais acontecimentos em relação a sua colonização e lutas ocorridas nos séculos XIX E XX, para tanto trago os autores como Rocha Pombo (1922) Manoel Ferreira Nobre (1877) dentre outros, na tentativa de entender como um estado tão atrasado como era o Rio Grande do Norte nos séculos XIX e XX saiu à frente de outros estados com uma formação política bem mais avançada.

 A partir do estudo de Nísia Floresta na obra Opúsculo Humanitário e Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens, (1989), o objetivo maior para se compreender como as suas denúncias e reivindicações em prol da educação feminina, e o conceito que a mulher tem a mesma capacidade intelectual que os homens e que era necessário apenas que lhes fosse assegurados o direito a uma boa educação, e que esta não fosse baseada apenas na ideia que a mulher foi feita apenas para ser uma boa dona de casa, hábitos e costumes machistas que faziam parte de toda a sociedade brasileira, mas, que tinha uma força ainda maior em regiões do nordeste brasileiro.

 Enfatizarei a vida pessoal da autora na obra de Constância Lima Duarte (2010) e a sua tradução da obra de Mary wollstonecraft – Vindication of Righs of Woman, na qual se tornou o seu trabalho mais expressivo na manifestação por direitos socias e políticos. Assim como reforço essa reflexão com a obra de Wollstonecraft (2016) como um referencial para a construção do pensamento de Nísia.

 Dialogando com autores como June Hahner, Mônica Karawejczyk, dentre outros, proponho uma reflexão de como os movimentos femininos deram o pontapé inicial para a realização das suas reivindicações em prol do sufrágio feminino, Karawejczyk no seu livro “As filhas de Eva querem votar” traz um reflexivo diálogo desse movimento, ressaltando a luta de mulheres que se posicionaram contra um sistema de opressão como o exemplo de Diva Nazário, autora de “Voto Feminino e Feminismo”, que não se acomodou com o sistema imposto as mulheres no sistema eleitoral brasileiro, e ousou alistando-se em uma época onde isso não era permitido, assim como nas análises de Hahner na obra” A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas- 1859-1937" onde ela reafirma as batalhas das feministas mulheres destaco ainda a figura de Berta Lutz, que com todo o conhecimento adquirido em seus estudos na Europa e com o acompanhamento de perto estes movimentos na Europa e ao voltar ao Brasil, liderou um time de mulheres, dispostas a reivindicações sociais e políticas das mulheres.

 Ressalto a importância da Bióloga e feminista Bertha Lutz e seu pioneirismo no século 1920 na luta pelo sufrágio feminino, dentre mulheres que lutaram em prol da causa feminina Bertha Lutz é a que mais se destaca no que tange em intelectualidade e influencia no meio político. Assim como a importância do Rio Grande do Norte como o pioneiro ao conceder em 1927 o direito político às mulheres de votarem e serem votadas, traçando assim o primeiro passo, para que esse direito fosse estendido para o âmbito nacional em 1932.

 O objetivo deste trabalho é propor a uma reflexão da representatividade das mulheres na luta pelos direitos à educação, ao voto e assim, construir uma ponte entre as diferentes épocas, para ressaltar que mulheres lutaram pela construção de uma sociedade mais justa, esse recorte, se propõem a mostrar que as mulheres apesar de todas as circunstâncias contrárias, algumas ousaram a desafiar um sistema em prol de sua liberdade econômica, social, política e sexual.

 O referencial bibliográfico utiliza-se das ideias de autores acima citados que desenvolvem uma historiografia dos diferentes pensamentos, que envolvem a discussão da luta feminina, a obra historiadora Rachel Soihet (2000), A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz, apresenta seu pensamento sobre esse acontecimento que foi a luta pelo voto, sob a perspectiva e visão de Bertha Lutz assim como Iolanda Lobo na sua 0bra (2010) também ressalta os movimentos que Bertha travou pela causa feminina. A referência das obras relacionadas nesta pesquisa mostra a trajetória percorrida em construir um diálogo no intuito de mostrar a evolução das lutas dessas mulheres e a condição ao qual era submetido, o que de fato foi o impulsionador para que estas passassem a reivindicar por mais direitos.

 O trabalho desenvolve-se em dois capítulos.

 O primeiro capítulo trata do tema, As TRANSFORMAÇÕES GERAIS DO SÉCULO XIX NO CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E NA EDUCAÇÃO FEMININA MUNDIAL, apresentam uma visão das transformações ocorridas na Europa e nos EUA na construção da elevação educacional da mulher com as mudanças industriais que permitiram a entrada da mulher no mercado de trabalho, suas aspirações políticas, assim como uma análise de como o patriarcado contribuiu para retardar o acesso de direitos os quais as mulheres lutavam para obter.

 O segundo capítulo apresento A IMPORTÂNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE NA CONQUISTA DO VOTO FEMININO através de um breve histórico desse estado, da sua colonização e acontecimentos que permeiam as mudanças durante os séculos XIX e XX, já que o objeto dessa pesquisa são os acontecimentos que culminaram ao voto feminino nesse estado. Destaco a importância de Nísia Floresta, uma importante intelectual brasileira desse período e tida como uma das primeiras feministas do Brasil, sua luta em prol de melhorias na educação, contribuíram para o desenvolvimento do pensamento de mulheres que passaram a exigir melhores condições não mais apenas para a educação, para a sua liberdade social, política e financeira. Assim, nesse contexto de reivindicações e lutas, destaco os movimentos de mulheres, que, resultaram na inserção desta na vida pública. Assim, como a sua emancipação através do voto em 1927 no Rio Grande do Norte que apesar de ser um estado bastante atrasado em relação a outros como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, saiu na frente com a implementação da Lei Eleitoral Estadual n°660, de 15 de outubro de 1927, uma iniciativa do então Presidente do Estado do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine, esse acontecimento representou para as mulheres da época era um avanço para os direitos e conquistas que viriam a seguir.

# CAPÍTULO 1 - AS TRANSFORMAÇÕES GERAIS DO SÉCULO XIX NO CONTEXTO SOCIAL, ECONÔMICO E NA EDUCAÇÃO FEMININA MUNDIAL.

## Breve panorama do cenário mundial

“Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado emancipação da mulher, nossa débil voz se levanta na capital *do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres”!* (NÍSIA FLORESTA, 1989).

 Quando se fala nas transformações em todo o mundo em decorrência do processo de industrialização e os movimentos em prol do fim da escravidão e dos direitos das mulheres à educação e a vida pública, vale ressaltar que no Brasil do século XIX ainda se encontrava bastante atrasado e dependente do trabalho escravo. A maioria da população vivia no meio rural, e as mudanças mais significativas só ocorreram já na segunda metade do século, um exemplo, foi à extinção do tráfico negreiro, e um lento e gradual processo de imigração, assim como vários produtos europeus que chegavam e alteravam os hábitos da sociedade brasileira, como também o processo de industrialização das áreas urbanas, o que contribui para alterar de algumas formas a vida das mulheres de classe mais elevadas, que passaram a ampliar seus horizontes, e modos de vida. Com esse processo de industrialização as fábricas que foram sendo instaladas além de utilizar a mão de obra masculina passam a recrutar também mulheres, pois estas eram as preferidas pelos empregadores, pois além dos baixos salários, sofriam abusos dos chefes de várias formas e trabalhavam por longas horas de trabalho exaustivo.

 Em decorrência das situações desfavoráveis às quais essas mulheres eram submetidas, foram surgindo os primeiros movimentos reivindicatórios em relação à jornada de trabalho dentre outros direitos, e foi diante dessas circunstâncias de inserção da mulher no mercado de trabalho que estas passaram a reivindicar também acesso à educação e uma participação mais efetiva na vida pública.

 Importantes e impactantes foram às transformações que as sociedades vivenciaram no decorrer do século XIX, pois, esse período foi marcado com a introdução de uma economia mais liberal, e isso possibilitou uma produção significativa de objetos que elevavam tanto o conforto como status a quem os possuía. Isso representou uma oportunidade para que cada vez mais os homens que estavam dispostos a prosperar e assumir um papel de destaque na sociedade pudesse proporcionar a seus filhos e filhas uma vida mais próspera, e com a ascensão provocada pelo capitalismo crescente, à mulher vai ingressando no mercado de trabalho, modificando o cenário social e econômico.

 Essas transformações, segundo Hobsbawm (1988), faziam com que esse grupo procurasse consumir produtos cada vez mais caros, e isso também se aplicava nos lugares onde iriam morar, e nesse quesito, o papel da mulher era destaque, pois esta ficava em casa e participava dos eventos que essa nova classe começava a usufruir, isso de acordo com o status que ocupava, pois tanto a vida privada como o status era inseparável e isso exigia que essa mulher tivesse uma educação aprimorada. Vale ressaltar que as transformações ocorreram a princípio nas camadas mais elevadas, pois para a mulher de classe média ainda foi lenta a mudança, mas evidencia com a ascensão da burguesia, que tendo a elite como referência procurava ganhar dinheiro e gastá-lo com novos hábitos como forma de serem aceitos por essa nova sociedade e isso influenciou para o afrouxamento dos ideais puritanos familiares, provocando uma nova abertura nos conceitos em relação à emancipação feminina, principalmente, entre os jovens que passaram a ser influenciados pelas artes e literatura, gerando assim uma democratização tanto das classes médias e operárias, assim como a sua entrada no mercado de trabalho.

 Os primeiros discursos que chegaram ao Brasil sobre essa nova mulher que surgia na Europa tiveram na imprensa um fator primordial na difusão desses acontecimentos. Ao longo do século XIX, começavam as publicações que tinham em sua pauta, receitas de bolos, temas ou assuntos de interesse, por assim dizer, femininos, mas também, serviam para reivindicações de direitos, principalmente, àqueles relacionados à educação para meninas, e nesse contexto, cabe destacar a importância de Nísia Floresta, que já denunciava em seus textos o quanto ainda era ineficiente a educação das meninas. No Rio grande do Norte não existia um movimento organizado de feministas, mas ao longo do período compreendido entre a colonização e o Império, não faltaram mulheres dispostas a lutar por seus direitos. Vale ressaltar que a luta dessas mulheres no decorrer do século XIX contribuíram de modo significativo para suas conquistas futuras.

 Eric Hobsbawm (1988) salienta que em uma sociedade, a ascensão social (democrática) das classes médias e operária por mais que fossem conscientes, gerou uma problemática de identificação social em várias partes do mundo.

 Na França sustentava-se que a revolução havia abolido as classes, não sendo castas fechadas, não existiam. Na América o perigo parecia residir na possibilidade de as massas se mobilizarem como uma só classe, mas sim em que, afirmando o direito constitucional à igualdade, declarasse pertencer à classe média diminuindo as vantagens de pertencer a uma elite. (HOBSBAWM, 1988, p.233-237).

 Nessa nova realidade de transformações econômicas, uma das que produziu grande impacto foi à educação que passou a ser um status a mais de diferenciação social fazendo com que a burguesia buscasse por esse diferencial, como bem salienta Hobsbawm. "A instrução escolar oferecia, acima de tudo, um bilhete de entrada para as camadas médias e superiores reconhecidas da sociedade e um meio de socializar aqueles que eram admitidos, de modo a distingui-los das outras inferiores”. (p. 157).

Pra aqueles que ascendiam à grande burguesia, esses mecanismos de socialização garantiam inquestionavelmente a qualidade de membro para seus filhos. A educação acadêmica para as filhas era opcional, e fora dos círculos liberais e progressistas não era garantida. (HOBSBWAM, 1988, P.160).

 Em algumas partes do mundo como na Europa e Estados Unidos, essa burguesia tenta participar da vida da aristocracia, visando seus interesses comerciais, preparando melhor seus filhos e isso incluía as mulheres a almejarem um futuro próspero e de ascendência social. Vale ressaltar que essas transformações não se aplicavam a países ditos subdesenvolvidos ou agrícolas. Hobsbawm afirma que em relação às mulheres as expectativas de emancipação só foram ampliadas para aquelas nascidas após 1860. Embora as transformações no mundo que se auto declarava como desenvolvido, as mulheres em meados do século XIX, já dava os primeiros passos no controle da natalidade, fato este que só teve avanços após as duas primeiras guerras mundiais com o desenvolvimento da medicina e esse representou sem dúvida, um dos grandes avanços para as mulheres, isto é, o controle sobre o seu corpo.

 Na Inglaterra, os esportes representavam um elemento importante nesse cenário de grandes mudanças, pois, através deles abriram-se caminhos para novas modalidades de práticas esportivas já que os exercícios ligados à equitação, matança de animais, o tiro, a pesca e corridas de cavalos, a esgrima e outros, eram considerados passatempo para a elite, como bem ressalta Hobsbawm, o tênis foi um dos que mais se destacaram, por ser uma opção a qual podiam ser incluídos homens e mulheres.

A sala de visita da casa não tardou a minguar e a tornasse um ponto insignificante. O triunfo do tênis é inconcebível sem a suburbanização e a progressiva emancipação da mulher da classe média” (HOBSBAWM, 1988, p.163).

 Nesse contexto de transformações advindas da industrialização, as mulheres davam seus primeiros passos para o ingresso no mercado de trabalho, este que na maioria dos casos eram de exploração mútua e baixa remuneração, e as que eram excluídas do mercado de trabalho eram condicionadas a serem dependentes do marido, mantendo-as no sistema do patriarcado e suas tradições, isto é, mulheres cuidam da família e da casa, nesse sentindo, se mantinha a superioridade masculina no sistema político e social.

 Um dos grandes fatores que também contribuíram para a emancipação feminina foi o subsídio de rendimentos privados feitos por esposas, dentre outros parentes de famílias bem nascidas, os trabalhos sociais financiados por esse capital privado, foram importantes para o desenvolvimento de várias áreas do segmento intelectual, Hobsbawm afirma que essa foi à era dos “centros comunitários”.

A História da arte do início do século XX está repleta de tais subsídios; a poesia de Rilke foi possível pela generosidade de um tio e de sucessão de nobres senhoras; a poesia Stefan George e a crítica social de Karl Kraus, bem como a filosofia de Georg Lukács, pelos negócios da família, que igualmente permitiram a Thomas Mann concentrar-se na vida literária, antes dela se tornar lucrativa (HOBSBAWM, 1988, p.166).

 Grandes transformações nos setores de tecnologias do final do século XIX como fogões a gás e elétricos, utensílios domésticos, que garantiram a mulher uma maior qualidade e rendimento no trabalho na casa, também contribuíram para garantir às mulheres seu ingresso no espaço da educação como educadoras, contribuindo para a expansão do magistério, profissão considerada inferior e relegada às mulheres, foi muito difundida nos EUA e na Inglaterra, era como uma extensão da própria casa, mas, apesar da condição subalterna a qual foi classificada, a profissão de professora, essa realidade propiciou a entrada de um maior número de mulheres de diferentes realidades sociais na educação.

 Hobsbwam (1988) ressalta que esse contingente de mulheres que agora ingressavam na educação e no ensino, com apoio dos governos, isso se enquadrava na lógica capitalista, que mulheres que conseguiam a independência financeira também seriam um potencial consumidor, e esse fator levou às indústrias atribuírem a elas o mercado das propagandas, já que diferentemente se a mulher trabalhasse ou não, o controle doméstico, ou seja, o recinto privado continuava pertencendo a elas.

 Embora tenha sido uma época de grandes transformações no cotidiano feminino, os movimentos de emancipação eram modestos, algumas figuras como Rosa Luxemburgo, Madame Curie e Beatrice Webb, produziam seus primeiros escritos sobre o tema da problemática feminina, um assunto que era restrito apenas à lógica masculina, embora esses escritos ficassem restritos as classes médias e altas, mas, sem muito significado tão pouco absolvido por todos, ressalta Hobsbawm.

Na condição da grande maioria das mulheres do mundo, das que viviam na Ásia, na África, na América Latina e nas sociedades camponesas do Sul e do leste europeu, ou mesmo na maioria das sociedades agrícolas não havia ainda nenhuma mudança. Havia ocorrido uma pequena mudança na condição da maioria das mulheres das classes trabalhadoras em toda parte, exceto, é claro sob um aspecto crucial. De 1875 em diante as mulheres do mundo “desenvolvido” visivelmente começaram a ter menos filhos. (HOBSBAWM, 1988, p.173).

 E nessa concepção Hobsbawm traz um questionamento onde parte dos países que experimentavam a transição geográfica, ou mudança de padrão notou-se mudanças significativas na taxa de natalidade e consequentemente isso influenciou na de mortalidade mais ele ressalva que esse fator ainda é um mistério para diferentes Historiadores o declínio da fertilidade nos países desenvolvidos já que esse termo não se aplica à países do Terceiro Mundo.

## O contexto econômico

 Na lógica patriarcal, os rendimentos do homem seriam necessários para manter toda a família e os ganhos dos outros membros seriam apenas complemento a essa renda familiar e nessa lógica a mulher deveria receber menos, já que não partia dela a total da renda familiar e assim, condicionando-a a dependência econômica, e mesmo as mulheres casadas que manifestavam o desejo de trabalhar, os afazeres domésticos, e os cuidados com os filhos as condicionavam aos afazeres domésticos, além de que para a sociedade as mulheres casadas que trabalhavam fora, davam sinais de que aquela família estava em processo de penúria, o que para muitos era uma vergonha, só eram aceitas quando viúvas ou abandonadas pelos maridos, razão pela qual eram obrigadas a trabalhar.

 Na condição de homens que não conseguiam providenciar o sustento de seus familiares, o trabalho feminino e de crianças era bem requisitado para reforçar o orçamento familiar e por ser um trabalho extremamente barato, essa mão de obra era expressivamente estimulado onde quer que fosse possível e notadamente em trabalhos de cunho, assim classificados de femininos.

O trabalho da mulher na indústria estava, no início, de nossa época, ainda predominantemente concentrado nos poucos ramos tipicamente femininos notadamente têxteis e de confecção, mas também e cada vez mais na indústria de alimentos. Contudo, a maioria das mulheres que ganhavam a vida individualmente o fazia no setor de serviços. O número e a proporção de empregadas domésticas, curiosamente, variavam consideravelmente. (HOBSBAWM, 1988, p.178).

 Se a economia era vista como um território essencialmente masculino, o mesmo acontecia com a política, todas as medidas eram de exclusão da mulher, visto que, a política era um assunto apenas relegado aos homens e eram estes, que compareciam nas reuniões para discutir assuntos referentes às mudanças da sociedade. Curiosamente, as classes populares como afirma Hobsbawm, que pela natureza dos fatos algumas mudanças acabam por afetar diretamente a vida dessas populações, ocasionando assim uma onda de revoltas e tumultos nem sempre pacíficos, um exemplo é a Revolução Francesa onde vale destacar a iniciativa das mulheres na marcha à Versalhes, mostrando assim o seu descontentamento com o alto preço dos alimentos. A situação econômica era uma das questões que mais afetavam as mulheres de classe média, operárias e camponesas e qualquer mudança referente a isso as afetava diretamente, na medida em que tais transformações econômicas traziam prejuízos ao orçamento familiar e seus maridos, já que dependiam deles para sobreviver e, por conseguinte, garantir o sustento e sobrevivência da família.

 As mulheres de classe operária e média começaram a perceber uma mudança significativa no final do século XIX com o avanço da tecnologia vislumbrando uma perspectiva de trabalho assalariado e isso foi sentido com a queda do serviço doméstico, até então com um alto índice, estas passando a exercer outras profissões que através dessas mudanças e de outras oportunidades de trabalho que foram surgindo, mesmo que isso representasse profissões assumidamente consideradas femininas como lojas e escritórios, assim como o desenvolvimento da educação primária que, mesmo sendo considerada uma profissão subalterna, possibilitaram as filhas da classe média e da classe operária e até mesma das camponesas, alcançarem um novo patamar na escala social, já que a profissão no magistério era condicionada ao universo feminino.

 Essas mudanças econômicas e educacionais foram se mostrando cada vez mais significativas na vida e nas expectativas de emancipação feminina nas últimas décadas do século XIX, e mesmo que fosse direcionada às classes médias, a ascensão dos movimentos operários e socialistas, influenciaram para que a mulher buscasse a sua liberdade assim afirma Hobsbawm.

E como vimos, a ascensão de uma economia de serviços de outras ocupações terciárias proporcionou às mulheres uma variedade maior de empregos femininos, enquanto a ascensão da economia de consumo fazia delas o alvo principal do mercado capitalista. (HOBSBAWM, 1988 p.181).

 O fato de a mulher ter o reconhecimento de controladora dos gastos das compras da casa fez dela o principal alvo da sociedade capitalista que via uma perspectiva de ganhos cada fez maiores tendo na mulher o alvo principal no campo da publicidade e nesse contexto era necessário tratá-la com respeito e bajulação ressalta Hobsbawm.

## A educação feminina como instrumento de transformação.

 Em relação às mudanças em torno das aspirações femininas, nada foi mais significativo que a mudança na educação secundária para meninas no começo do século XX, mesmo que fossem relegados às classes médias. Segundo Hobsbawm (1988), em 1880 eram praticamente inexistentes essas escolas na França, e a partir de 1913 foram 132 escolas abertas para meninas assim como o número que as frequentavam elevou-se bastante. Na Inglaterra não foi diferente, entre os anos de 1907-1908 em Yorkshire, o número de meninas nas escolas secundárias, era aproximadamente igual ao de meninos. Hobsbawm (1988), também faz uma ressalva que, nem todos os países demonstravam apreço pela educação feminina e que as mulheres eram admitidas em estudos universitários em países como EUA, Rússia e Suíça desde 1860, na medicina apenas 103 formaram-se e em universidades alemães, e por volta de 1908 foi admitido à primeira professora universitária nesse país, na Academia Comercial de Mannheim.

 Outro evento de grande mudança na vida feminina, o ingresso das mulheres nas universidades, foi do seu comportamento na maneira de se relacionar com os homens, agora com um pouco mais de liberdade de expressão e também nas relações sexuais até então considerado tabu absoluto, essas mulheres passaram a experimentar o sexo antes do casamento, fato este mesmo para [[1]](#footnote-1)aquelas mais avançadas para a época, ainda eram tidos como restritos para uma minoria de jovens pertencentes à classe média e com uma consciência emancipada que buscavam outras expressões de liberdade. Os jovens dos centros urbanos já não se apegavam mais aos costumes provincianos. O adultério também passou a ser uma expressão de liberdade para algumas mulheres que com a autoconfiança adquirida por uma vida restrita, ou apenas baseada nos romances da época como o bovarismo, o que era mais comum em círculo aristocrático.

 Segundo Hobsbawm, (1988) também durante esse período houve um reconhecimento a respeito da sexualidade da mulher, onde os homens na tentativa de afirmar a sua superioridade e de demonstrar que a mulher tem uma função passiva em relação aos mesmos, e essas características são citadas em obras de vários autores que em seus escritos, apresentam um comportamento sexista.

O preceito, infinitamente citado do filósofo Nietzsche aos homens, para que não esquecessem os chicotes ao buscar suas mulheres, feito por KARL Kraus, contemporâneo e admirador de Weininger. Insistir, como fazia Kraus, que aquilo que não é dado à mulher é precisamente o que assegura que homem faça uso de seus talentos, ou como o psiquiatra Möbius (1907), que o homem cultural, alienado da natureza necessita da mulher natural com a sua contrapartida, poderia sugerir (como para Möbius), ou não sugerir (como para Kraus), que todos os estabelecimentos de educação superior, para mulheres, deviam ser destruídos (HOBSBAWM, 1988, p.184).

 Apesar dos movimentos em prol da emancipação feminina conseguir penetrar em espaços que eram exclusivamente masculinos, isso se aplicava às classes médias e altas, e isso também despertava resistência da sociedade e suscitava bastante debate, e mesmo as que tomavam a frente dos movimentos femininos, estes se concentravam na Inglaterra e na América do Norte e foram atribuídos, e relativamente aceitos por razões que se aplicavam e se identificavam com os movimentos dos operários e socialistas que buscavam emancipação de uma forma mais generalizada não apenas no tocante feminino.

 Hobsbawm (1988) afirma que “as limitações da classe feminina média ocidental não eram apenas sociais e econômicas, mas também culturais”. E esse fator cultural, a qual a maioria está inserida, sob a égide das tradições sociais e religiosas necessitaria de uma quebra dessas tradições na consciência da sociedade, mesmo para aqueles homens que se achavam emancipados em relação às liberdades de suas mulheres, o fator cultural tinha um peso considerável, na consciência tanto masculina e feminina, para aquelas que se viam naquela condição imposta pela sociedade eram difíceis de mudar.

 A luta feminina para a emancipação contava com o apoio de poucas mulheres, mas, durante esse processo esse apoio foi aos poucos se ampliando e alcançando as classes médias e proletárias, August Bebel (1904) na sua obra, A mulher e o Socialismo, oferece algumas reflexões sobre a opressão e afirma que só através de uma luta, onde os envolvidos tenham uma capacidade de entendimento que a emancipação feminina só será completa quando o homem puser fim à exploração a outro homem e assim, isso refletirá e alcançara também as mulheres.

A completa emancipação das mulheres e a sua igualdade com o homem constituem um objetivo do nosso desenvolvimento cultural e não há força no mundo capaz de impedi-lo. No entanto, a emancipação completa só é possível na base de uma viragem radical, que ponha fim ao domínio do homem sobre o homem e, assim ao capitalismo sobre o operário. Só então a humanidade atingirá o seu mais alto grau de desenvolvimento. Será então o século de ouro, com o qual os homens sonham há milênios. Ter-se-á acabado para sempre com o domínio de classe e assim se terá chegado ao fim do domínio do homem sobre a mulher. (CAPÍTULOXXVIII do livro A mulher e o Socialismo. August Bebel, 1986).

 August Bebel ressalta que as leis constituem o estado social de um povo e dependendo de como elas são instituídas, estas expressam o seu real estado, podendo ter um lado positivo e negativo.

Quando uma categoria, uma classe de indivíduos, vive submetida à dependência sempre encontra sua fórmula nas leis do país. As leis constituem o estado social de um povo, reduzido por certas formulas e expresso através destas. As leis são por assim dizer, a própria imagem do povo. A mulher como sexo dependente e oprimido, não foge à regra geral. As leis são de ordem negativa ou positiva; negativa, quando na atribuição dos direitos não levam em conta os seres oprimidos, como se estes não existissem, e positiva, quando estatuem sua situação de inferioridade e indicam, se for o caso, algumas exceções. (CAPÍTULO XXVIII do livro A mulher e o Socialismo. August Bebel, 1986).

 Essa desigualdade de direitos em relação ao homem, principalmente no nível político começaram a brotar em suas consciências que precisavam estar em pé de igualdade política em relação aos homens, desde a Revolução Francesa onde as mulheres experimentaram o espírito de luta, e os séculos seguintes foram de suma importância para as que se inspiraram nas lutas daquelas que em algum momento da História contribuíram para as transformações vindouras. De fato em 1789 a Revolução Francesa deu a mulher uma força a qual passaram a reivindicar direitos de igualdade em relação aos homens. Em 1793, foram proclamados “os direitos do homem”, e mulheres como Olímpia de Gouges, Luísa Lacombe e outras, expuseram os direitos da mulher, direitos estes que foram negados pela sociedade patriarcal da época, que reiteravam que mulheres não deviam sair de sua condição de donas de casa e educadores de seus filhos para se aventurarem em atividades que eram de cargo, e de responsabilidade masculinas, isto é, mulheres não deveriam reivindicar atribuições além das quais a natureza já as tinha determinado, ou seja, o trabalho doméstico e os cuidados com a família.

 O final do século XIX trouxe contribuições significativas para que as mulheres passassem a ter mais consciência [[2]](#footnote-2)dos seus direitos, e isso se dava também ao fato de que elas precisavam ver que tipo de educação seria dado às suas filhas, e também como as leis são aplicadas em questões referentes ao trabalho, como jornadas, salários, dentre outras questões que envolvem o universo do trabalho, pois, Bebel salienta que as condições de trabalho na indústria tinha uma totalidade dos trabalhadores formada por mulheres, e os patrões mantinham o interesse em que os seus estabelecimentos não recebessem a devida fiscalização já que a exploração e os abusos precisavam permanecer em absoluto sigilo.

 Bebel (1986), diz que não importa o ponto no qual se inicie a luta por melhores condições de emancipação feminina, isso surte efeito e modifica as percepções de uma mudança ainda maior, mesmo que a mulher conte apenas com a sua própria força e se apegue a alguns aliados, que vão aparecendo ao longo da jornada, vão dando o contorno para a busca de novas formas de quebrar o sistema dos que defendem a sua permanência na ignorância e submissão.

 No Brasil do século XIX, as escolas eram na sua maioria feitas para os meninos, só em 1827, que se têm registros das primeiras escolas para mulheres no Brasil, assim, levando em consideração fatores econômicos e políticos, é que os governos começaram colocar em pauta a educação feminina. Na concepção de Hahner (2011) a década chave para essas manifestações em prol da educação feminina data de 1870, onde os governantes passaram a perceber que um país para ter um avanço no processo de modernização, precisa estar atento a educação das mulheres, já que estas é que estavam encarregadas de cuidar da educação dos filhos e para isso, teriam que educar a infância, e consequentemente, teriam que educar a mulher já que o propósito seria ter um Brasil grande e moderno, Hahner ressalta que a educação da mulher passou a ser ligada a ideia do destino nacional.

 As ideias de coeducação que estavam sendo discutidas levavam em consideração o fato que o grande número de mulheres alfabetizadas nos centros urbanos forneceu um grande potencial para a eleição de professoras que podiam ser contratadas por baixos salários argumenta Hahner, que apesar de todos os desafios da baixa valorização, as mulheres que se encontravam nesse patamar de educação viam no ensino uma saída para a independência.

 O fato de a mulher ter a oportunidade de ingressar no ensino nas escolas normais abriu um precedente para que mais mulheres ingressassem no magistério, ensinando não só as meninas, mas os meninos também, que, segundo Hahner era possível confiar nas mulheres para as aulas mistas sem as limitações de sexos. E visando o fator econômico as discussões em prol da criação das escolas mistas onde o ensino seria ministrado com a junção de ambos os sexos, mas também a mulher passaria a ser responsável por essa educação primária, que, segundo Hahner os governos tirariam proveitos econômicos, já que para a mulher e escola seria apenas uma extensão do lar e esses alunos seriam tratados como se fossem seus filhos, e o número de crianças a serem educadas também seria maior assim como o ingresso de mulheres professoras no ensino primário público também. Hahner ressalta que um grande contingente de escolas não aderiu a essa modalidade e continuaram a segregar por sexos mesmos as que se denominavam como mistas, pois havia um enorme preconceito entre a classe mais abastadas em relação a esse conceito de salas mistas.

Mas as exigências econômicas predominaram no caso das escolas normais. Nesse nível, das escolas normais que não recebiam os filhos das elites, as dificuldades financeiras em manter escolas separadas para homens e mulheres e ao mesmo tempo fortalecer o magistério também conduziam para a premência de escolas normais mistas. (HAHNER, 2011, p.470).

 Foi criada a primeira escola normal para treinamento para professores em Niterói em 1835, destinadas primeiramente só para homens, porém, por dificuldades financeiras, fecharam, tendo reabrindo suas portas em 1880. Segundo Hahner, a reforma Leôncio de Carvalho de 1879 como escolas mistas, e a oportunidade de as mulheres ingressarem na faculdade de medicina e também o ingresso de meninos nas escolas femininas até os 10 anos de idade, mas para as escolas normais que não recebiam filhos de elites só os menos favorecidos, essas regras não se aplicavam já que o fator econômico em manter escolas separadas para homens e mulheres falava mais alto.

Em 1879 numa continuação do movimento de reformismo dos anos 1870, o Ministério Liberal do Visconde de Sinimbu baixou a chamada Reforma Leôncio de Carvalho do ensino primário e secundário da Corte e do ensino superior em todo o Império, uma reforma que continuaria sendo válida até o fim do Império. Essa não só dispensou os nãos católicos de aulas de religião e abriu o sistema de ensino para a iniciativa privada, prometendo mudar o espírito da formação superior, mas liberava a matrícula de mulheres nas faculdades de Medicina e previa escolas mistas. Ampliou o currículo das escolas normais e estabeleceu a possibilidade de escolas normais nas províncias. (HAHNER. 2011. P. 470).

 Hahner (2011) ressalta que a coeducação na Escola Normal da Corte foi o processo que desencadeou a feminização do ensino primário no Brasil e não aferiu problemas de moralidade como os que eram contrários temiam, mas, foi responsável por um percentual de 70% de mulheres no ensino como professores, as quais tinham a preferência na contratação, Hahner ainda faz uma ressalva, que embora as mulheres fossem maioria como professoras o poder da administração era dado aos homens, constatando assim o poder masculino.

## Aspirações sociais e políticas na luta pela emancipação feminina

 Diante das perspectivas e constantes mudanças que impactavam a sociedade, as poucas mulheres que conseguiram quebrar várias barreiras e não se encaixavam nos moldes exigidos pela sociedade, exerciam influências para que outras seguissem na luta por melhores condições sociais e políticas. A ativista, comunista e feminista russa Alexandra Kollontani (1926), fazia parte do primeiro escalão do primeiro governo bolchevique (1917- 1918) que enfrentou esse sistema na luta para que as mulheres não se limitassem a permanecerem restritas às atividades domésticas. Foi à primeira mulher na História a se tornar embaixadora, e ela ressalta que isso é um indicativo que mulheres podiam exercer cargos muito maiores que aqueles que as convenções da época as instituíam.

“O fato de uma mulher, uma mulher,” livre”, uma mulher solteira, tenha sido reconhecida neste posto sem oposição mostra que chegou o tempo em que todos os seres humanos serão igualmente avaliados de acordo com sua atividade e sua mais alta dignidade humana. Quando fui nomeada para o trabalho da diplomacia russa em Oslo, percebi que dessa forma tinha conquistado uma vitória que não era somente minha, mas das mulheres em geral, e uma vitória sobre o seu pior inimigo, qual seja, sobre a moral convencional e sobre conceitos conservadores acerca do casamento. (KOLLONTANI, 2007 P.28).

 Se a luta por direitos políticos ainda hoje é um assunto que demanda muita discussão e polêmicas, para as mulheres que viviam em uma época onde pouco se discutia esse assunto, as que tiveram a coragem de enfrentar esse sistema tão repressor abriram o espaço para as novas conquistas. Rosa Luxemburgo, a filósofa deixou o seu legado na luta contra esse sistema patriarcal, advogava pela causa das mulheres e exigia o fim de todas as leis que discriminam as mulheres, ela afirmava que trazer a mulher ajudaria a combater as opressões as quais ela era submetida e isso iria refletir até mesmo na relação matrimonial.

 No Brasil, se a entrada da mulher no processo educativo foi palco de grande resistência por parte da condição social a qual a mulher pertencia, a sua inserção na política causou ainda mais resistência social, pois este era um campo exclusivamente masculino, as poucas que conseguiam se formar em Direito, tinham uma dificuldade imensa em conseguir clientes, sendo que, o Direito era o caminho no qual os homens ingressavam na vida pública e isso foi imensamente dificultado para as mulheres.

 As conquistas sociais que hoje as mulheres desfrutam não se deve esquecer que foi fruto de uma organização de mulheres, que se reuniram e persistiram na obtenção dos mesmos, ou seja, direito a educação, ingressar nas universidades, alcançar melhores condições de trabalho, direito ao voto, tem uma enorme contribuição mesmo que a princípio as protagonistas desses movimentos fossem as mulheres brancas e escolarizadas, já que estamos falando de uma época em que a escravidão ainda estava dando os primeiros passos em direção ao seu fim, e vale ressaltar também que mulheres negras mesmo após o fim da escravidão continuaram a margem da sociedade, e isto representa um retrato bem atual nos dias de hoje, tanto em termos de acesso à educação, ao trabalho, assim como a violência doméstica.

 Poucas foram às mulheres negras que conseguiram se destacar nas lutas políticas, exatamente por sua condição de escravizada, vale ressaltar a quilombola Maria Criola, uma das líderes da revolta em Vassouras – Rio de Janeiro em 1838 e Maria Firmina dos Reis autora e abolicionista maranhense que escreveu “Úrsula” de 1859, primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher e negra.

 Vale ressaltar que o Norte dos EUA dava os primeiros passos para acabar com a escravidão, e as mulheres nessa época começaram a ingressar na política, e a participação nos movimentos abolicionistas dava a elas o respaldo de estarem sendo apenas humanas, era mais fácil enfrentar a sociedade diante dessa justificativa, e essas primeiras feministas, entendiam que a libertação dos escravos, era bem semelhante com a sua libertação também, e isso posteriormente também influenciou as feministas brasileiras em movimentos equivalentes. As mulheres quando começaram a se expor, perceberam as quão sujeitas estavam a esse sistema, e que só teriam como influenciar outras pessoas se formassem uma força eleitoral. O que a luta pelas reivindicações ia muito além apenas do voto, e sim, em estabelecer uma nova consciência na qual as mulheres estavam submetidas à sujeição patriarcal, onde se envolvia todo um sistema cultural, social e religioso e isso demandava tempo e muita persistência.

 Essa luta pelo direito de as mulheres os seus representantes foi conquistado nos EUA em 1920, as inglesas em 1928 e as brasileiras pelo decreto estadual no Rio Grande do Norte em 1927, e, posteriormente, em âmbito nacional em 1932, mas esse percurso foi longo e árduo. Quando Olympe de Gourges francesa e autora da versão feminina dos “Direitos do Homem”, Gouges ao reivindicar direitos às mulheres no século XVII, pela ousadia foi guilhotinada. Mas plantou a semente para que outras pudessem exigir em um momento mais oportuno as reivindicações tão almejadas por todas.

 Abigail Adams esposa de John Adams segundo presidente dos EUA que participou da Guerra de Independência Americana, no final do século XVII, e com a nova Constituição dos EUA (1776), a qual seu marido ajudava a construir, Abigail escreveu ao marido que este fosse mais generoso para com as mulheres e no novo Código de Leis lembrasse-se das mulheres naquele momento em que escrevia as leis que iria reger a sociedade, e que as mulheres não se sentiam obrigadas a cumprir leis para as quais não foram consultados. Segundo Bandeira e Melo (2010), este controle e regra sobre a vida social, corpo e mentes femininas estão relacionados ao poder da reprodução, já que é no corpo feminino que a vida acontece.

 As mulheres nos EUA em meados do século XIX se organizavam com o apoio de alguns homens sensíveis a causa, quando ocorreu o Congresso Mundial Antiescravidão de 1840 nos EUA que reuniu líderes do mundo inteiro, as mulheres foram proibidas de participar, a militante congressista Elizabeth Candy Staton, revoltada com a situação cria em 1848, a Convenção dos Direitos da Mulher em Sêneca Fall em Nova York, que é considerado o marco inicial dos movimentos sufragistas nos EUA, e Santos (2003) cita que Staton enumerou com muita clareza os direitos das mulheres negados pelo sistema patriarcal.

Ele nunca lhes permitiu exercer seu direito inaliável ao voto nas eleições, ele a tornou, se casada, civilmente morta. Ele lhe tirou o direito à propriedade, até mesmo salário que ela ganha, tornando-se para todos os fins, seu senhor. Ele redigiu de tal modo às leis de divórcio, que elas ficaram totalmente indiferentes à felicidade das mulheres. Ele monopolizou praticamente todo o trabalho lucrativo. Ele lhes tem negado condições para obter educação plena. Ele criou um falso sentimento público por meio da outorga, ao mundo, de códigos morais diferentes para os homens e as mulheres. (SANTOS, 2003. P. 117).

 E também na Convenção de Ohio, a defesa do voto ganhou força em um discurso feito pela ex- escrava Sojourner Truth. Assim cita Ribeiro.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu conseguir trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher. (Trecho do discurso de Sojourner Truth. Por Djamila Ribeiro 2016. P. 100).

 A autora acima citada, ainda ressalta que diferentemente das reivindicações das mulheres brancas que lutavam pelo direito de votarem, mulheres negras, lutavam pelo fato de serem consideradas pessoas, e esse motivo era bastante significativo, pois evidenciava as diferenças visíveis na luta por respeito e liberdade.

 Enquanto isso na Inglaterra as reivindicações seriam mais radicais e violentas pela implementação do voto. Emmeline Pankhurst, que tinha em seu marido o maior incentivador, defensor da emancipação feminina o advogado Richard Pankhurst e autor da lei que garantiu as mulheres o direito à propriedade privada, juntos fundaram em 1903 a WSPU (União Social e Política das Mulheres), e conhecidas mundialmente por” suffragettes”, as participantes desse grupo incluindo a filha de Emmeline, usavam do termo (Ações e não palavras) e aplicavam todos os tipos de métodos ao alcance para obter alguma vitória, afirma Karawejczyk (2013), utilizando-se da violência em suas ações de reivindicações ao direito ao voto, incendiavam e apedrejavam instituições públicas, e confrontos físicos com a polícia, esses incidentes segundo Karawejczyk eram noticiados em jornais de todo o mundo, inclusive no Brasil, e tinham as mais diferentes interpretações, como ela cita em uma das imagens vinculadas na época pela revista da semana (RJ), n° 11, 25/04/1914. P.22.

Tal imagem procura colocar em evidência o caos que as mulheres estavam supostamente jogando à civilização ao reivindicar o direito ao voto. O desenho mostra mulheres desvairadas, com feições ensandecidas, portando cartazes e tochas, deixando atrás de si um rastro de fumaça, insinuando a destruição deixada para trás e o provável atropelamento de um homem caído à frente da carruagem, bem como o cuidado de uma mãe a proteger seu filho de tal mostra de insanidade. Pode-se conjecturar que tal divulgação, de imagens de mulheres em situações não convencionais e violentas, estaria tentando denegrir o movimento e desencorajar qualquer tipo de simpatia para com sua causa. (KARAWEJCZYK, 2013. P. 10).

 O voto ainda demorou entrar na pauta das reivindicações das mulheres brasileiras, embora Francisca Diniz jornalista, escritora e fundadora do semanário “O sexo feminino”, de 1873, em Minas Gerais, que tratava de temas polêmicos como, abolição da escravatura, voto feminino e emancipação da mulher através da educação, no século XIX, já havia dado os primeiros passos denunciando a sua insatisfação com o tratamento aos quais as mulheres eram submetidas e exigindo que estas tivessem mais instrução. Durante a segunda metade do século XIX, por volta do ano de 1852, já existiam um grupo de mulheres que mostravam suas inquietações através dos jornais onde estas eram as editoras, localizadas na região centro-sul do país, um dos primeiro que se tem informação, foi “o Jornal das Senhoras”, de 1852, no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo trabalhar para o “melhoramento social” e a “emancipação da moral das mulheres” o que não era nada fácil nesse começo, pois muitas sequer assinavam seus nomes, mas enfim, foi através dos jornais que as mulheres tentaram fazer reivindicações, com o propósito de mudanças no âmbito, socioeconômico das mulheres no Brasil, como afirma Hahner.

Uma das mais ardorosas editoras de jornal feminista, Francisca S. da M. Diniz não tinha dúvidas quanto à capacidade e as realizações potenciais das mulheres. A mulher era “dotada com as mesmas faculdades do homem com a inteligência e a razão abertas a receber o cultivo das letras, das artes, e das ciências, para ser útil a pátria e desempenhar a sua missão na sociedade”. Em vez de os pais mandarem suas filhas aprender a costurar, lavar e cuidar da casa eles deveriam dar-lhes instrução, como ler e escrever, e em seguida, educá-las em ciências como “a literatura (...) a filosofia, a história, a geografia, a física, a química, a história natural, para coroar esses estudos (com educação) moral e religiosa, juntamente com a educação física para fortalecer seus corpos.” (HAHNER, 1981. P.54-55).

 Essas mulheres argumentavam em seus jornais que as mulheres possuíam a mesma capacidade intelectual para aprender novas ciências, quaisquer que sejam da física a medicina e que a lógica das diferenças de atividades entre homens e mulheres, para também ressaltar que este argumento servia para classificar as mulheres como melhores na área da educação e que esse setor deveria ser exclusivo delas, assim como uma forma de abrir novos campos de trabalho para as mesmas, que assim poderiam através do trabalho e da educação a mulher poderia deixar de ser submissa a dominação masculina.

 Na luta pela conquista do voto feminino pelo mundo, um dos primeiros países que incluíram às mulheres no mundo político foi à Nova Zelândia em 1893, mas em âmbito municipal, a Austrália em 1902, e em 1906 a Finlândia, nos EUA em Wyoming 1920, na Inglaterra em 1918 e na América Latina o primeiro a reconhecer o voto feminino foi o Equador em 1929.

 Vale ressaltar que na década de 1920 ocorriam várias mudanças no cenário brasileiro. O mundo se restabelecia ainda dos danos causados pela Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), onde a presença das mulheres no mercado de trabalho tomou enormes proporções devido ao fato de uma grande quantidade de homens terem ido para a guerra, e estas com um grau mais elevado de escolaridade tomaram o mercado de trabalho de vários setores da sociedade, assim com o fim da guerra, estas mulheres não estavam mais dispostas a aceitarem ocupar cargos com funções subalternas em relação aos seus direitos e posições sociais, e nesse contexto de efervescências culturais e políticas como a criação do Partido Comunista, Semana da Arte Moderna, Revoltas Militares, e a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), BANDEIRA E Melo ainda ressaltam que Bertha Lutz aproveitou esse momento para implementar as suas ideias em prol do sufrágio feminino, já que esta tinha prestígio e figurava entre as camadas mais elevadas da sociedade o que foi de suma importância e lhe favoreceu em sua luta por reivindicações por mais igualdade de direitos para com as mulheres.

## O patriarcado como expressão da dominação feminina.

 O contexto no qual o patriarcado foi estabelecido foi sendo construído há centenas de anos, em diferentes sociedades e depende de como está sociedade se organiza, em seus aspectos econômicos, sociais e culturais ou sexuais. E é exatamente na questão sexual que esse aspecto de dominação realça os efeitos desse controle. Gerda Lerner (1986) no seu livro A criação do patriarcado, afirma que a apropriação da função sexual e reprodutora das mulheres ocorreu antes da formação da propriedade privada e das sociedades de classe e a transformação disso em mercadoria, e que muito antes de os homens dominarem outros homens, estes dominaram inicialmente as mulheres.

 Em uma sociedade arcaica, tradicional, esse patriarcado estabelece aspectos da condição feminina, e este tinha os limites bem definidos, mulheres eram forçadas a inúmeras gestações, presas a uma cultura de obediência e subserviência aos seus maridos e provedores. Na história do corpo do livro de Peter Burke (1992), A escrita da história: novas perspectivas, Roy Porter ressalta como a condição biológica da mulher levanta questões para as mais diferentes problematizações.

 O que se pode duvidar é que os tradicionais médicos, teólogos e filósofos do sexo masculino atribuíam a subordinação das mulheres à sua condição biológica, inferior dentro do esquema da Criação. De acordo com Aristóteles e seus seguidores, seres nos quais a genitália (designada para ser do outro lado exterior do corpo), por falta de calor ou força, falhou na extrusão. Com sua natureza mais fria e mais fraca, e sua genitália contida internamente, as mulheres eram essencialmente equipadas para a criação de filhos, não para uma vida racional e ativa dentro do fórum cívico. As mulheres eram criaturas privadas, e os homens eram públicos. (BURKE, 1992, p. 316)

 Existem muitos fatores sobre os quais esse sistema foi construído ao longo dos séculos, mas a resposta mais tradicional está relacionada a questões religiosas onde a mulher é submissa ao homem porque assim foi criada. E essa explicação tradicionalista, afirma que a capacidade reprodutiva feminina, isto é, a maternidade é a principal meta para as mesmas, teoria esta que perdeu força a partir do momento em que as mulheres passaram a ter mais instrução, isso no decorrer do século XIX, e a partir desse momento, ganhou novos contornos O científico, passou a ser o modelo de argumento de inferiorização, os defensores científicos do patriarcado inspirados pela teoria darwinista justificaram a exclusão de oportunidades econômicas, sociais e educacionais femininas como algo fundamental para a sua sobrevivência, e isso agregado a outros instrumentos de instrução ideológicos, foi à base para que as mulheres aceitassem essa condição de subordinação, explica Lerner (2019).

 Nessa condição cultural de pensamento tradicional, os homens não esperam que as mulheres ocupem os mesmos papéis e ocupações e por mais evoluída e moderna que esta sociedade tenha alcançado, as mulheres, na visão masculina tradicional estão condenadas a servir de forma imutável e eterna, tudo somente por sua condição biológica, fato este tão mencionado nos dias atuais por governantes e empresários, que relacionam a condição biológica da mulher como determinante para a sua inferiorização em relação aos homens, devido ao fator cultural e social construídos sobre a lógica patriarcal de uma sociedade.

 Segundo Lerner, (2019) o patriarcado se constitui por uma história de exclusão, de apagamentos das mulheres, e isso é assegurado de diferentes formas, como a doutrinação de gênero; privação de educação; a negação das mulheres sobre a própria história; divisão das mulheres, umas das outras, pela definição de “respeitáveis” e” degeneradas” de acordo com a atividade sexual das mulheres; por restrições e coerção completa por negação ao acesso de recursos econômicos e de poder políticos.

 Joan Scott (1995) chama a atenção para o posicionamento dos/das historiadoras e que estes tem empregado uma variedade de abordagens na análise de gênero, mas ela ressalta que estas teorias podem ser resumidas em apenas três posições teóricas.

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (object-relation theories), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero de sujeito. (SCOTT, 1995. p. 77).

 Ela ainda enfatiza que as teorias do patriarcado na visão tanto de historiadores/as, suas teorias apresentam relativos problemas e precisa ser analisado de forma mais profunda e faz questionamentos entre as outras formas de desigualdades as quais recaem também sobre o patriarcado, ela pressupõe um significado permanente para o corpo humano, fora de uma construção social ou cultural, afirma Scott.

Em primeiro lugar, embora proponham uma análise interna ao próprio sistema de gênero, elas também afirmam a primazia deste sistema na organização social considerada em seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Em segundo lugar, a análise continua baseada na diferença física quer a dominação tome a forma de apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem quer tome a forma da objetificação sexual das mulheres pelos homens. (SCOTT, 1995 p.78).

 Ao analisar os questionamentos entre modos de produção e reprodução, há a necessidade de se reconhecer que os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero e que as relações de subordinação feminina existem muito antes do capitalismo, e se mantém no socialismo também.

 Na definição de Bourdieu (2012), a descrição de um mundo social construído na lógica da dominação masculina atua como uma espécie de detector alguns fragmentos da visão androcêntrica do mundo, utilizando instrumentos de uma arqueologia histórica do inconsciente que originariamente construída, em um estágio muito antigo e arcaico de nossas sociedades e isso permanece em cada um de nós, homens e mulheres.

Inconsciente histórico ligado, portanto, não a uma natureza biológica ou psicológica, e a propriedades inscritas nets natureza, como a diferença entre os sexos segundo a psicanálise, mas a um trabalho de construção propriamente histórica como aquele que visa a produzir o desligamento do menino do universo – feminino – e, por conseguinte, suscetível de ser modificado por uma transformação de suas condições históricas de produção. (BOURDIEU, 2012 p.69).

 Ainda citando Bourdieu (2012), não é preciso negar os fatos que aconteceram no processo histórico da nossa formação social e cultural, no que tange a dominação masculina, mas sim, reconstruir as estruturas que foram as bases para esse mesmo processo as quais se configuram permanentemente e são reproduzidos através dos tempos, ele afirma que é preciso uma maior participação dos setores que constituem uma sociedade e a partir daí estabelecer um novo modelo de pensamento.

 A pesquisa histórica não pode se limitar a descrever as transformações da condição das mulheres no decurso dos tempos nem mesmo a relação entre gênero nas diferentes épocas; ela deve empenhar-se em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições, Família, Igreja, Estado, Escola etc., que com pesos e medidas diversas em diferentes momentos, contribuíram para arrancar da História, mais ou menos completamente as relações de dominação masculina. (BOURDIEU, 2012, p. 101).

 Bourdieu faz uma ressalva que, o verdadeiro objeto de uma história das relações entre os sexos é, portanto, a história das combinações sucessivas de mecanismos estruturais como os que asseguram a reprodução da divisão sexual do trabalho e de estratégias que por meios das instituições e dos agentes singulares, visam garantir que essa perpetuação de gêneros permaneça.

# CAPÍTULO 2 - A IMPORTÂNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE NA CONQUISTA DO VOTO FEMININO

Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça a metade da população. (Bertha Lutz)

## 2.1. Breve contextualização histórica e social do Rio Grande do Norte no período da colonização.

 O Tenente Adjunto Manoel Ferreira Nobre, nasceu em Natal-RN a nove de abril de 1824, e faleceu em 15 de agosto de 1897, em Papari atual cidade de Nísia Floresta, funcionário público e autor da “Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte” (1877), livro que é cronologicamente, a primeira história do Rio Grande do Norte publicado em 1877. É considerado o primeiro historiador da região.

O Rio Grande do Norte é um acidente geográfico que dá nome à cidade de Natal do Rio Grande, transmitindo-se depois à Capitania, província, depois Estado do Rio Grande do Norte. Néstor Lima aventou a ideia, logo depois abandonada, de que o Rio Grande é o atual Rio Pontengi, sem disfarce e sem apelo. Ferreira Nobre está em boa companhia ao lado Vicente Lemos, Tavares de Lira, Luís Fernandes, Rocha Pombo, Luís da Câmara Cascudo, Castelo Branco e outros. (NOBRE, 1887, p. 23).

 O Rio Grande do Norte durante o período de colonização foi uma dessas capitanias que sofreu com o abandono de seus concessionários, e precisou ficar desde o fim do século XIV sob a tutela da coroa, administrado por um capitão-mor, subalterno primeiro do Governador de Pernambuco.

 De acordo com Sergio Luiz Bezerra Trindade (2010), Historiador e professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), e autor do livro História do Rio Grande do Norte (2010), após a sua fundação foram tomadas as providências para a seu desenvolvimento, mas que se restringia à área litorânea de Natal já que a capitania se destacava como apoio militar contra a ameaça francesa que se encontrava em terras maranhenses, assim, o seu povoamento foi sendo adiado, pois para o Rei interessava apenas a sua posição geográfica. Assim relata Câmara Cascudo que os primeiros 34 anos foram de extrema dificuldade na região.

 Por ter como principal função no começo da colonização brasileira o cultivo da cana de açúcar, o Rio Grande do Norte teve a costa estreita de 30 a 60 km de largura destinada para esse fim, assim como a necessidade da criação de gado tanto como força para os engenhos, como para o consumo, desta forma a conquista do Rio Grande do Norte tinha como o aproveitamento geográfico e para afastar os intrusos e encurtar as distâncias.

Em todas as épocas o Rio Grande do Norte tem sido sensível às influências exteriores decorrentes do cenário internacional, variáveis com o momento que as caracteriza. Encurtando as distâncias e aproximando a História. (TRINDADE, 2010, p. 46).

 O Rio Grande do Norte tinha sua economia baseada na cana de açúcar, sofreu uma grande transformação com a invasão holandesa em seus territórios, pois os holandeses dominavam esse mercado no Brasil tanto no refino, financiamento de engenhos e comercialização com os europeus devido a um acordo comercial com Portugal, a Holanda praticamente detinha o monopólio na distribuição do açúcar no continente europeu.

Os navios holandeses iam a Lisboa levar os produtos do Norte europeu, como trigo e bens industriais voltando com as especiarias do Oriente e da África, madeiras, açúcar e curiosidades do Brasil.(TRINDADE, 2010, p. 52).

 Supõe-se que em metade do século XVI o comércio amistoso entre Portugal e Holanda sofreu um duro golpe com a União Ibérica e a declaração de independência da Holanda da Espanha, e essa inimizade entre espanhóis e holandeses abalou as relações comerciais entre portugueses e holandeses devido à proibição do Rei da Espanha em não comercializar com os mesmos, Portugal que a essa altura era comandado pelo Rei da Espanha Filipe II devido à morte do Rei de Portugal, que por não possuir herdeiros, passou para o domínio da coroa espanhola, ocasionando um enorme prejuízo para os holandeses, que para compensar esse prejuízo passou a invadir todas as colônias de domínio espanhol, incluindo o Brasil, a investida foi em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, que, segundo Cascudo (1984), foi em 1631 que ocorreram as duas últimas investidas dos holandeses no Rio Grande do Norte, estes foram impedidos pela forte artilharia da Fortaleza dos Reis Fortes, mas isso não os impediu de novas tentativas, tomando para si a Fortaleza dos Reis Fortes, ficando por 21 anos deixando um rastro de destruição e morte, como afirma Trindade:

A política de concessão desenfreada de sesmaria provocou uma onda de queixas e reclamações, que ecoaram em Lisboa e determinaram uma série de medidas, ordenadas pela metrópole em provisão de 28de setembro de 1612, para regularizar a situação (TRINDADE, 2010, p.46).

 Em regra, o capitão-mor era nomeado pela metrópole, e para servir por três annos. Este prazo quasi sempre se ampliava; e houve casos em que os capitães, mesmo sem renovação de patente, ficavam por três annos no posto. Se nomeado em Lisboa, antes mesmo de partir, prestava homenagem ao Rei e depois de 1701, perante o governador de Pernambuco. (POMBO, 2019, p.185-86). Escrita na forma original da época

 Esses capitães-mores dispunham de pouco poder para agir, ficavam sujeitos às ordens do governador de Pernambuco, o que não os impedia da pratica de abuso de autoridade que só eram corrigidos pela autoridade do Rei, senado ou a câmara, estes constituídos após expulsão dos Holandeses em 1662, e eleição para a escolha de seus membros, era formada por aqueles que pertenciam à aristocracia da região.

Compunha-se de cinco membros o senado, sendo um juiz mais velho, um mais moço, dois vereadores, um mais moço e outro mais velho, um procurador. Além desses officiaes, tinha a câmara o seu escrivão, a princípio nomeado pelo capitão-mor, e depois pela própria câmara, quase sempre por simples portaria do juiz mais velho, que era o presidente do senado. (POMBO, 2019, p. 187). Escrita na forma original da época.

 Ficava a cargo do senado da câmara a regulamentação da vida de todo o município e as ordens na cidade, assim como as queixas e os direitos de representação do povo. Segundo Pombo nos primeiros tempos de Natal era o capitão-mor quem concedia as cartas de data no quadro urbano, mas logo isso ficou sob a jurisdição exclusiva da câmara na área das cidades, que tinham a sua importância e legitimação política das câmaras durante a colônia se mediam de acordo com o tamanho das cidades e vilas.

 Já no segundo século em diante, Pombo (2019) cita que Natal seguindo o exemplo da câmara da Bahia e de Olinda e de outras cidades foi criado uma espécie de concorrente dos juízes e vereadores na função de regular os preços das coisas e dos ofícios, o que ficou conhecido como tribuno ao procurador que tinha como objetivo representar as classes populares, sob o nome de mester.

No que respeita às justiças fez parte o Rio Grande do Norte da comarca da Parayba até 1818, época em que, por alvará de 18 de março, foi desmembrada para formar uma comarca nova, abrangendo toda a capitania, e tendo séde em Natal. A comarca da Parayba fez parte do districto da relação da Bahia até 1821, quando se creou a relação de Pernambuco. (POMBO, 2019 p.190). Escrita na forma original da época.

 Uma das questões de fôro na capitania Rio Grande do Norte representava um grande problema aos que necessitavam de apoio da justiça, e segundo Pombo até o princípio do século XVIII todos podiam advogar ou serem procuradores de partes, e nesse momento, chegavam a fazer enormes fortunas nas questões envolvendo propriedades de terra, onde aqueles com maiores habilidades se uniam em conchavos tantos com escrivães e juízes, entrando em acordo em prejudicar algum proprietário de terra em prol da ganância e nesse contexto, o melhor que essa pessoa podia fazer era mudar-se para outra localidade, pois era necessário o mínimo pretexto para que esse homem fosse submetido a severas penas.

 Já em 1875, a corte proibiu tais atribuições e só os que fossem letrados de títulos poderiam exercer a função de advogar, com o intuito de coibir os abusos, mas a medida se tornou ineficiente, pois eram poucos os que possuíam títulos, e dificilmente vinham para o Brasil e quando vinham, permaneciam nos grandes centros urbanos e quando os que se propunham a desempenhar alguma questão não o faziam para pôr ordem ou coibir esses abusos, esses profissionais legítimos da corte tinham ainda mais fome de poder e riqueza do que os outros e ainda eram protegidos dos juízes, pois a maioria deles foram colegas de universidades.

 Segundo Pombo (2019), o regime tributário não era diferente das outras capitanias, além do dízimo do Rei, pagava-se o quinto sobre metais, e pedrarias, as cisas, as alcavalas, a chancela, a portagem, as taxas de engenhos, molinetes, fábricas etc.

O dizimo real consistia na décima parte de tudo o que se produzisse, mesmo dos gêneros e coisas para o próprio consumo ou do produtor. O quinto era a quinta parte do metal ou pedras preciosas que se extrahissem. Sobre venda ou compra de imóveis pagava-se a cisa; e a alcavala era paga pelo vendedor sobre as vendas ou trocas que fizesse na praça. O imposto de chacella (selo) é o que se devia por todo papel destinado a fazer fé pública. A portagem era devida pelas embarcações; e pagava-se nos portos tanto de mar como de rios, e também pelo tráfego nas estradas, pela passagem nas pontes e balsas e etc. Sobre engenhos oficinas, molinetes, oficinas, fábricas, açougues e etc., pagava-se uma taxa fixa. (POMBO 2019, p.193). Escrita na forma original da época.

 Alguns desses impostos só foram criados em princípios do século XIX. Além dos mais variados tipos de impostos que eram os de ordem maior, havia os de origem excepcionais como os de fintas, que eram o imposto dividido de acordo com as posses de cada habitante muito utilizado quando tinham que pagar as tropas e expedições contra Índios, os donativos que consistiam em formar dotes para as princesas ou núpcias de algum príncipe.

 Em relação ao comércio e as indústrias no Rio Grande do Norte, até mesmo pelas condições em que era administrado nos tempos da colônia, não obteve muito êxito, por ser uma economia baseada na agricultura, em atividades como a extração do açúcar, algodão, pau-brasil, tabaco, arroz, feijão, milho, mandioca, especiarias e drogas, também na criação de gado e da pesca, e exploração de salinas e madeiras para construção, estas indústrias eram submetidas a altos impostos, além de enfrentar problemas relacionados à natureza, como seca e alagamentos, além da dificuldade de transporte para essas produções, limitavam-se ao consumo interno e a barganha com municípios vizinhos, a muito custo exportavam gados, peixes de salga, arroz feijão farinhas, dentre outros, para capitanias vizinhas, mas principalmente para Pernambuco.

## 2.2. Primeiras transformações do Rio Grande do Norte no decorrer do século XIX

 Já na primeira metade do século XIX a economia do Rio Grande do Norte se diversificou e além do açúcar passaram a produzir além do gado, algodão, couro, e rapadura, produtos como o sal, minerais como ouro, prata, ferro, dentre outros, entretanto, por não acompanhar as transformações tecnológicas deste período, sofreu um tremendo abalo na produção do açúcar que passou a ser destinado em sua maior parte ao mercado interno, além da grande seca entre os anos de 1844-1846 forçaram um grande contingente de pessoas a abandonar o campo e se estabelecerem em vilas e cidades. Teve no algodão o produto que alavancou a sua economia graças a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. E com o fim da Guerra refletiu nas exportações fazendo o preço reduzir, mas o algodão conseguiu manter um bom desempenho na economia apesar dos obstáculos enfrentados.

 Outro produto de bastante destaque na economia foi o sal, visto que, as salinas do Rio Grande do Norte produziam um grande percentual do mercado e abasteciam cidades como o Rio de Janeiro e o Estado do Rio Grande do Sul, mas, devido ao sal estrangeiro ser de melhor qualidade, de 1808 a 1859, as indústrias salineiras não tiveram um grande desempenho, por ser ainda bastante primitiva na extração, a retomada da produção aconteceu em 1860, graças ao estudo do Professor Geraldo de Magela Fernandes. (TRINDADE, 2010).

 A economia do Rio Grande do Norte apesar de apresentar um crescimento no século XIX principalmente na agricultura, segundo (TRINDADE, P.139) necessitavam de investimentos em meios de transportes e comunicação.

 Uma série de iniciativas que visava, em última instância, estimular as relações da economia da província com o mercado mundial: a criação da capitania do porto de Natal (1859) os primeiros estudos para o melhoramento do Porto de Natal (1860), a abertura de um canal no vale do Ceará-Mirim (1867), a construção de açudes no sertão (1857), a tentativa de criação de um banco rural na província (1860), os incentivos legais para o estabelecimento de comerciantes em Mossoró (1868) e os incentivos legais para a construção das primeiras estradas de ferro do Rio Grande do Norte, que não chegaram a ser construídas, a primeira delas ligando Natal a Ceará-Mirim e a segunda ligando o oeste da província – toda a várzea do rio Apodi – ao porto de Areia Branca (MONTEIRO, 2000, p.133).

 A base social era ligada ao segmento agrário e de forte influência patronal e patriarcal, mesmo que os operários fossem assalariados eram subordinados ao patrão, e não havia muito desenvolvimento industrial até a década de 1920 a falta de melhores condições para os trabalhadores eram bastante precárias e as únicas formas as quais estes se organizavam era na prática do coronelismo, formados por grandes proprietários de terras, que representavam a grande força política dominante regional da época.

 Com a Constituição de 1891 e a instituição do federalismo e presidencialismo, as forças políticas vigoravam a partir dos acordos em que a classe dominante tinha a sua permanência assegurada pela política dos governadores com a política federal, já que os recursos vinham deste, e em trocas de votos os oligarcas e os coronéis se beneficiavam dos recursos do governo federal. Então, esses coronéis obrigavam os eleitores a votar no candidato indicado pela oligarquia estadual, e, segundo Trindade (2010), o voto era aberto e os capangas a mando dos coronéis pressionavam os eleitores a não votar nos candidatos opositores, situação que no Rio Grande do Norte não era diferente, usava-se da violência e das fraudes para vencer as eleições e se perpetuar no poder. Assim afirma Trindade.

Utilizando-se desses artifícios, as oligarquias estaduais mantiveram-se no poder por mais de 30 anos, sem maiores sobressaltos, subvertendo o regime republicano, pois evitavam a rotatividade no poder, elemento essencial da democracia. Os conflitos que ocorreram nesse período foram decorrência de disputas entre as próprias oligarquias. O Rio Grande do Norte no período da república velha (1889-1930) foi controlado politicamente por duas oligarquias: Albuquerque Maranhão e Bezerra de Medeiros. Esta defendia os interesses econômicos dos grupos ligados à atividade algodoeira; enquanto aquela envolvida desde o início da colonização do Rio Grande do Norte com os interesses do açúcar, defendia a atividade açucareira. (TRINDADE, 2010. p. 161).

 Durante esse período os movimentos de mulheres em prol de melhorias na educação estavam em fase inicial e o nome de Nísia Floresta é o que se destaca como precurssora nas reivindicações que envolvem lutas por melhorias no sistema educacional, principalmente no Rio Grande do Norte, assunto a qual discuto a seguir.

## 2.3. Nísia Floresta, uma mulher à frente do seu tempo.

 Quando se fala nas grandes transformações ocorridas na educação e no acesso à escola no que se refere aos direitos adquiridos pelas mulheres, ainda que não sejam satisfatórios e que não alcançam boa parte da população, para algumas localidades, parece simples para os dias atuais, mas, muita luta de mulheres que com muita persistência e inteligência, contribuíram para que muitas pudessem exercer um papel mais ativo na sociedade e tentando mudar sua condição através da educação no intuito de se libertar das amarras da subordinação masculina.

 Essas mulheres embora pertencessem às camadas mais elevadas da sociedade da época, reivindicavam melhorias, denunciavam que o país que nega o acesso à educação as filhas com a intenção de transformá-las em boas donas de casa e capacitadas para as prendas domésticas e a criação dos filhos, não conseguiria avançar ao futuro. Dentre essas mulheres que estavam à frente desse debate ao longo de século XIX, estava Dionísia Gonçalves Pinto, nascida em 12 de outubro de 1810 filha do casal Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa um advogado português e Antônia Clara Freire, no sítio floresta, em Papari, no Rio Grande do Norte, e que mais tarde seria conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta. Aos treze anos, casou-se com Manoel Alexandre Seabra de Melo, grande proprietário de terras, porém com pouca instrução, o casamento dura pouco mais de um ano, e Nísia volta a morar com os pais, quando Nísia completou 18 anos seu pai foi assassinado, e esta passa a morar com um acadêmico de Direito, Manoel Augusto de Faria Rocha, com quem teve a primeira filha Lívia Augusta de Faria Rocha, que seria sua companheira de viagens e, posteriormente sua futura tradutora. Em 1831 acontece sua estreia nas letras em um jornal “No Espelho das Brasileiras” dedicado à senhoras pernambucanas, nascia assim à escritora que passou a colaborar com seus artigos, os quais passam a denunciar a condição feminina em vários aspectos da sociedade.

 Teve mais dois filhos, um em 1831 que morre prematuramente e o outro em 1833, Augusto Américo de Faria Rocha. Em 1832, ela publica o seu livro: "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” uma tradução livre do "Vindication of the rights of Woman” de Mary Wollstonecraft (1759-1797) obra publicada em 1792 em Londres, onde ela expunha que a verdadeira liberdade requer igualdade entre homens e mulheres. Wollstonecraft tinha como objetivo responder a J.J. Rousseau que insistia em dizer que uma vez educadas, as mulheres perderiam seu poder natural sobre os homens é e justamente nesse ponto que está o seu maior ensinamento quando ela diz que não advoga para que mulheres tenham poder sobre os homens, mas sim, sobre si mesmas, pois para essa autora um dos maiores problemas para as mulheres é justamente a dependência masculina as quais as mulheres são submetidas. Assim afirma Wollstonecraft.

 Posso recordar meus próprios sentimentos e observei com atenção ao meu redor; contudo, longe de coincidir com ele na opinião a respeito das primeiras manifestações do caráter feminino, aventurar-me-ei a afirmar que uma menina cujo espírito não tenha sido reprimido pela inatividade, ou cuja inocência pela falsa vergonha, será sempre travessa, e a boneca nunca chamará sua atenção, a menos que o confinamento não lhe dê alternativa. Meninas e meninos, em resumo, brincariam juntos sem qualquer problema se a distinção do sexo não tivesse sido inculcada antes que a natureza assim o fizesse. Irei mais longe e afirmarei como fato consumado que, conforme venho observando, à maioria das mulheres que agiram como criaturas racionais ou que demonstram qualquer vigor intelectual foi concedido acidental permissão para correrem livres como insinuariam alguns dos elegantes educadores do sexo frágil. (WOLLSTONECRAFT, 2016. p. 65).

 Nísia usa como pseudônimo Nísia Brasileira Augusta Floresta, Nísia diminutivo de Dionísia, Floresta, para lembrar-se do sítio Floresta, Brasileira, como afirmação do sentimento nativista e Augusta uma homenagem a seu companheiro Augusto. Em 1832, em Porto Alegre seu companheiro Manoel Augusto conclui o bacharelado em Direito e estes se mudam para Porto Alegre, juntamente com a sua mãe e irmãs. Seu companheiro morre em 1833 aos vinte e cinco anos, ela permanece em Porto Alegre e dedica-se à criação dos filhos e ao magistério, sai de Porto Alegre a segunda edição do seu livro "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” pela Typographia de V. F. de Andrade, e com a Revolução Farroupilha de 1837 transfere-se para o Rio de Janeiro, e um ano depois inaugura o "Colégio Augusto”, em homenagem a seu companheiro.

 Em 1839 sai à terceira edição do livro "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” no Rio de Janeiro, em 1842 publica "Conselhos à minha filha", trabalho este que teve outras edições e traduções. O Jornal do Comércio no Rio de Janeiro lista o nome de alunas que receberam menções honrosas do Colégio Augusto e a relação de examinadores em diversas disciplinas, e o nome de Lívia Augusta de Faria aparece como uma das premiadas em Latim, além de testemunho de examinadores elogiando as alunas e a diretora Nísia Floresta. E este mesmo jornal também traz diversas críticas anônimas a Nísia pelo mesmo motivo por considerar avançadas e inadequadas demais às disciplinas para às meninas, assim como o jornal "O Mercantil” que também ironizou o fato de as meninas receberem aulas de Latim, além de Caligrafia, História, Geografia, Religião, Matemática, Português, Francês, Italiano, Inglês, Música, Dança, Piano, Desenho e Costura, esta última e os bons modos eram o que eram ensinadas nas outras instituições.

 As audácias da diretora, seu caráter sui júris (sic), suas ideias já em prol da reabilitação da mulher, causaram mal-estar entre as rivais assustadas, e entre os cantões, que aborreciam aquela mulher metida a homem, pregando a emancipação do seu sexo, batendo-se pela extinção da odiosa tirania masculina, escrevendo nos jornais, estigmatizando os senhores de escravos, afrontando desassombradamente seculares preconceitos. (FLORESTA, 1989, p. 12)

 O grande questionamento de Nísia em relação a real situação em que vivia a sociedade brasileira entre elas a educação, é que ela considerava muito perigosa e ameaçadora quando estrangeiros que saiam de seu país e eram recebidos pela sociedade brasileira com muita paixão, pois ela argumentava que esta mesma sociedade não tinha a real visão do que estava sendo oferecido, apenas sentiam-se enamorados, por qualquer coisa que viesse de fora sem averiguar a sua qualidade. Ela argumentava que a educação feminina nos princípios do século XIX seguiam os métodos europeus, os homens desenvolviam o intelecto, as mulheres o caráter. Nísia se oponha a essa mentalidade e na sua escola eram ministradas disciplinas, as mesmas que eram ensinadas aos meninos e que nessa época eram inacessíveis às meninas.

Às mulheres se educava, para formar o caráter. Não se considerava o desenvolvimento intelectual das meninas como benefício em si mesmo nem como meio de realização de personalidade individual. O propósito principal da educação da mulher era conservar a pureza, em sua conotação sexual, e assegurar um comportamento correto perante a sociedade. (FLORESTA, 1989, p.11).

 Os ataques caluniosos os quais eram direcionados a seu colégio e a sua vida pessoal a deixaram bastante descontente, e quando a sua filha sofre um acidente ao cair de um cavalo e o médico após semanas de tratamento a aconselha a buscar novos ares, Nísia vai para a Europa com os dois filhos, essa decisão para muitos foi um pretexto, pois a difamação nos jornais e o sucesso do livro "Revolução Praieira” onde ela elogia os liberais, para muitos isso seria motivo suficiente para que ela se ausentasse do Brasil.

 Na França, o filho de Nísia adoece e aconselhada pelo médico vai para os arredores da França em Bourg-la-Reine, em 1850. Em 1851, ela assiste a Curso de História Geral da Humanidade, no Palais Cardinal, ministrado por Auguste Comte de quem ia nutrir uma amizade e ter contato com as ideias positivista de Auguste Comte, este considerado o pai da teoria positivista, e defensor dos direitos das mulheres.

 Nísia volta ao Brasil em fevereiro de 1852, e na cidade do Rio de Janeiro, em 1853 lança “Opúsculo Humanitário”, são sessenta e dois capítulos sobre a educação da mulher dos quais os vinte primeiros tinham sido publicados anonimamente no Diário de Rio de Janeiro, neste livro, Nísia tece críticas à forma a qual as meninas são educadas, ela combate duramente o preconceito e os erros que se arrastam há séculos na formação educacional da mulher, não só no Brasil, como em outros países também. Retorna à Europa em 1856, apenas com a filha o filho fica no Rio de Janeiro estudando, e nesse mesmo ano, o seu colégio anuncia o enceramento de suas atividades. Nísia retornaria ao Brasil dezesseis anos depois em 1872, volta para a Europa em 1875 e definitivamente fica até sua morte em 1885 na França.

 Sobre o fator cultural a qual a educação era internalizada, assim como o social, Duarte (2010) enfatiza que essa manipulação ideológica que envolvia todo um sistema que se transformava em clausura e submissão em fatores atraentes até mesmo para as mulheres que detinham algum conhecimento e que realmente as tarefas as quais as mulheres podiam realizar seriam a da casa, a família e os filhos, ficavam sem muita expectativa diante das condições a que eram condicionadas e nesse aspecto, Nísia afirmava que só a educação e a instrução poderia tirar a mulher dessa condição de submissão.

 Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer, e aprazer a nossos amos, isso é, a eles homens. (DUARTE, 2010, p. 81)

 Os questionamentos de Nísia, assim como Wollstonecraft, em relação à educação para as mulheres pretendiam ser úteis para que a mulher tivesse mais consciência dos seus direitos como cidadã, que tinham uma preocupação social e cultural de transformação, dando voz para que as outras continuassem a luta nas reivindicações dos direitos em diferentes momentos da História. Tanto em ”Reinvindicação dos Direitos das Mulheres” de Wollstonecraft e a tradução de Nísia “Direitos da Mulher e Injustiça dos Homens”, salientam a importância das mulheres conquistarem espaço no campo político e romperem a barreira do confinamento doméstico, e as autoras reiteram que não condenam a vivência familiar e a maternidade, apenas salientam que a mulher é possuidora de habilidades intelectuais para outros fins e que essa escolha pudesse ser com consciência e não por imposição, e que a educação fosse direcionada para a mulher ocupar-se com o seu intelecto, não somente com a beleza exterior e que a dependência emocional e econômica traz prejuízos na autonomia da mulher de cuidar de si mesma, Wollstonecraft já mencionava isso em 1792, conforme a citação abaixo.

Uma profunda convicção de que educação negligenciada de meus semelhantes é a principal causa da miséria que deploro e de que as mulheres, em particular, são tomadas fracas e infelizes por uma variedade de causas concomitantes, originadas de uma conclusão precipitada. A conduta e as maneiras das mulheres são de fato, a prova evidente de que a mente delas não se encontra em um estado sadio; pois, tal como as flores garbosas, após agradarem a um olhar exigente, murcharem caem do galho, muito antes de atingirem a maturidade. Atribuo a causa desse florescimento estéril a um sistema de educação falso, extraído de livros sobre o assunto escritos por homens que, ao considerar as mulheres mais como fêmeas do que como criaturas humanas, estão mais ansiosos em torná-las damas sedutoras do que esposas afetuosas e mães racionais. O entendimento do sexo feminino tem sido tão distorcido por essa homenagem ilusória que as mulheres civilizadas de nosso século, com raras exceções, anseiam apenas inspirar amor, quando deveriam nutrir uma ambição mais nobre e exigir respeito por suas capacidades e virtudes. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25).

 Nísia Floresta com as suas reivindicações em prol da educação, não só contribuiu para que, as mulheres passassem a refletir sobre a sua própria condição de subalterna, mesmo que essas reivindicações afetassem setores mais elevados da sociedade, essas mulheres viam na figura de Nísia e de suas ideias, uma possibilidade de libertação. As suas reivindicações em prol da educação, não ficaram apenas no plano das ideias, Nísia abriu um colégio, onde pode exercer na prática todas as suas ideias que resultaram em mudanças no que se referia à educação, estabelecendo disciplinas, que até então eram de privilégio apenas dos homens e isso significou uma importante mudança nos aspectos educacionais da época, já que durante esse período a educação feminina era baseada em prendas domésticas, e isso modificou a visão das que a receberam. Assim, posteriormente essas mulheres tiveram um posicionamento mais eficiente para reivindicar outros direitos, como o voto, o que de fato aconteceu nos anos seguintes, onde um movimento de mulheres pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade reuniu-se e passaram a reivindicar não somente melhorias na educação, mas uma maior inserção na vida pública.

## 2.4. Os movimentos feministas no Brasil

 O Brasil no início e meados do século XIX, encontrava-se bastante atrasado em termos de estrutura educacional em relação a outros países como a Europa ocidental e os EUA, mesmo que os movimentos e ideias do positivismo e do liberalismo já circulavam por vários países, e para as mulheres que se viam em condições sociais de apenas educadora dos filhos e dona de casa, dentre outras funções domésticas, esses pensamentos vinham a contribuir para que ocorressem modificações no âmbito educacional, pois já que vinha delas a educação dos filhos, então haveria a necessidade que estas tivessem uma educação mais aprimorada, e isso abriria um espaço para a ampliação e divulgação de novas ideias para a sociedade brasileira.

 Em meios a esse ambiente de preconceitos onde se encontrava a mulher brasileira, um dos primeiros levantes foi em relação ao direito de saber ler e escrever, estes reservados apenas aos homens e segundo Duarte(2003), a primeira legislação autorizando a abertura de escolas femininas data de 1827, e que as poucas opções eram os conventos que tinham dentre outras como funções resguardar as meninas para o casamento, e eram raras escolas particulares ou nas casas das professoras, de modo geral o ensino se baseava em aprender as prendas domésticas, e as que obtinham um ensino diferenciado tomavam para si a tarefa que outras também o tivessem, abrindo escolas e publicando livros. Assim, estas enfrentavam o sistema que afirmava que mulher não necessitava tão somente de aprender a ler e escrever e o nome que se destaca nesse período é o de Nísia Floresta, que com o tempo vivido na Europa, tinha total consciência do abismo cultural, social e político que separava essas duas realidades. Enquanto na Europa, as reivindicações eram por melhores condições na educação que já existiam, no Brasil reivindicavam-se ainda o direito à alfabetização. Assim refere-se Duarte (2003) a esse período.

 E, em 1832, eram raríssimas as mulheres brasileiras educadas, e, um número ainda menos de escritoras. A mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857) era alguma dessas exceções hoje conhecidas. (DUARTE, 2003, p.154).

 Dentre as reivindicações em prol da educação, ocorre a segunda onda desse movimento feminista no Brasil com uma enorme quantidade de mulheres que tinham suas ideias publicadas em jornais que se apresentavam como feminista e editados principalmente no Rio de Janeiro e em outras cidades e vale destacar o jornal “O sexo feminino” que era dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, a primeira que circula entre os anos de 1873 a 1775 Minas Gerais e de 1887 a 1889, quando esta se muda para o Rio de Janeiro que juntamente com a sua filha Elisa Diniz Machado Coelho também jornalista e fundadora do Colégio Santa Isabel, para moças. Estas alertavam às mulheres em suas publicações, que o "grande inimigo era a ignorância as quais os homens se encarregavam de mantê-las” e segundo Duarte o sucesso dessas publicações mantinham ilustres clientes como a família imperial, que após a Proclamação da República Francisca mudou o nome do jornal para “O quinze de novembro do sexo feminino”, e que a partir dessa mudança, passou a defender e reivindicar o direito à educação secundária para meninas e a denunciar também a baixa qualidade a qual está era oferecida. Outros jornais também se manifestaram com a ênfase de reivindicar direitos às mulheres, Duarte destaca a atuação de Josefina Álvares de Azevedo (1851-?) que tinha um tom mais combativo em prol da emancipação feminina.

 “A família” o jornal que dirigiu em 1888 a 1897, primeiro em São Paulo depois no Rio de Janeiro, destacou-se principalmente pelo tom combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das mulheres na luta por mais direitos. Á frente do jornal, Josefina realizou um intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão, nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto, e em incentivar as compatriotas à ação. (DUARTE 2003, p. 157).

 Vale ressaltar que a imprensa desempenhou um papel importante na divulgação de questões trabalhistas e educacionais sobre a importância de se oferecer uma educação adequada para mulheres, o jornal, o Correio Paulistano que circulava entre os anos 1850-1890, realizava críticas à monarquia por vários fatores e, principalmente, sobre a falta de instrução do povo brasileiro, embora essas publicações fossem direcionadas às mulheres de classes mais elevadas que pouco se importavam com as camadas mais pobres, a realidade brasileira em relação à educação ainda tinha mais um agravante, pois sofria com a interferência das instituições religiosas que com o seu discurso ideológico precisavam manter o seu controle sobre a alma e o corpo feminino.

 A mulher era relegada a um papel secundário na sociedade, e isso ainda era mais evidenciado em regiões do Nordeste, como o Rio Grande do Norte conforme retratado anteriormente nesse trabalho. Mas, esse estado com a colaboração de alguns políticos, saiu na frente ao conceder o direito de as mulheres exercerem a sua cidadania votando e sendo votada.

 Em relação ao Estado do Rio Grande do Norte, segundo Lins (2003) o autor Aécio Villar em seus relatos no livro Nordeste século XIX, enfatiza que as mudanças de hábitos e costumes modificaram as regras sociais locais, produzindo assim uma forma de mudança de pensamentos, e quem mais se beneficiou com tais inovações foram às mulheres, principalmente as de classes mais elevadas e é nessa categoria que se encontrava Nísia Floresta. O autor afirma que as mulheres à medida que as suas famílias cresciam em prosperidade econômica estas exigiam que seus filhos e filhas fossem educados por padres, os chamados seculares, que tinham em seus currículos o que era de mais evoluído e racional como as ideias liberais que aconteciam no mundo. E as mudanças às quais essa sociedade tão conservadora em seus costumes patriarcais proporcionou às suas filhas mudariam as percepções em torno de si mesmas e as condições as quais viviam, mesmo que essa educação fosse atribuída às classes mais elevadas, que em muitos casos iam estudar na Europa ou nos EUA onde tiveram contato com as primeiras ideias do que estava acontecendo no mundo, e a partir dessa prerrogativa, quando estas voltavam para o seu país de origem, passavam a questionar a situação de descaso em que se encontravam as mulheres perante a sociedade, principalmente na questão da educação como Nísia afirmava em suas publicações da obra Opúsculo Humanitário.

É partindo dessa experiência, que tiramos a conclusão de que. No Brasil não se poderá educar bem a mocidade enquanto o sistema de nossa educação quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado. (FLORESTA 1989, p. 111)

 O Rio grande do Norte no decorrer do século XIX, os movimentos populares das lutas femininas, ficaram marcados pela ousadia das mulheres em se rebelarem contra o sistema imposto à época, o governo imperial institui para a população brasileira o decreto de n°. 5.881, de 27 de fevereiro 1875, que consistia no recrutamento e o sorteio de homens para o serviço das Forças Armadas. Isso motivou um grupo de mulheres, homens e índios a se revoltarem contra a polícia em muitas cidades, mas vale destacar que em Mossoró o grupo foi apenas de mulheres, que ficaram conhecidas como as "300 subversivas” e a sua líder, Ana Floriano juntamente com as do seu grupo de mulheres enfrentou a base de recrutamento com armas na intenção de proteger tanto os seus maridos e filhos forçados a lutar na Guerra do Paraguai. Segundo Montenegro (1985), estas destruíram no meio da rua as listas de convocação militar, nos lugares em que estavam acontecendo estes procedimentos.

 Em Mossoró, a invasão das Igrejas, onde se procediam os trabalhos de alistamento, e a clássica destruição dos livros e anotações ficariam conhecida e famosa como o "Motim das Mulheres.” (MONTENEGRO, 1985, p.15).

 Os primeiros movimentos sobre a elaboração de uma nova constituinte tomaram corpo em 23 de novembro de 1890, projeto esse que passou a ser discutido nesse período no dia 4 de novembro de 1890 e segundo Karawejczyk (2013), o Congresso elegeria uma comissão especial para dar um parecer sobre o projeto de Constituição, essa Comissão ficou conhecida como Comissão dos 21, seria eleita pelos seus pares que consistia em um representante de cada estado e um Distrito Federal. Karawejczyk ainda atenta para que em relação às reivindicações ao voto ela diz.

Para tanto, de posse dos Anais da Constituinte, foi feita uma primeira leitura de todos os discursos para identificar os que diziam respeito à questão do voto feminino. Nesta etapa, identificou-se um total de quinze manifestações sobre o tema, além das seis emendas propostas. Através de uma análise avaliativa, identificaram-se tanto os congressistas favoráveis quanto os contrários à possibilidade de se estender o direito ao voto para as brasileiras. (KARAWEJCZYK, 2013, p. 85-86).

 A primeira Constituição brasileira foi elaborada após a queda da monarquia no dia 3 de dezembro de 1889, e estabelecia as regras que iriam reger a sociedade e segundo Karawejczyk (2013), nessa primeira fase de reivindicações femininas, a luta pela igualdade de direitos entre gêneros também passou pela busca da igualdade de tratamentos no que diz respeito ao corpo de leis que regem a sociedade, e em relação às reivindicações ao voto, estas foram todas rejeitadas. Embora tenha recebido apoio de alguns congressistas, as críticas eram as que mais se destacavam e no final do século XIX, este foi um importante momento, pois foi colocada em pauta a discussão em se considerar a possibilidade de se debater o sufrágio feminino, recebeu apoio de alguns congressistas.

 E apesar da indignação pela recusa ao sufrágio feminino pelos congressistas, os posicionamentos contrários são os que levantaram um debate acirrado, já que os argumentos são sempre os mesmos, como cita Karwejczyk.

 O primeiro grupo ou bloco de argumentos foi mencionado em metade dos discursos como o motivo principal para se negar o voto para as mulheres. Partindo da qualificação de anárquico e imoral às emendas, esses aspectos aliam-se ao segundo grupo de argumentos, que destaca a verdadeira missão da mulher, voltada para a vida doméstica e para o papel de mãe. (KARAWEJCZYK, 2013, p. 97).

 Karawejczyk (2013) chama a atenção para as propostas apresentadas pelo congresso em relação às discussões em prol do sufrágio feminino e evidencia os limites aos quais seria aplicada a emenda.

 As mulheres casadas encontravam-se fora desta proposta, bem como as solteiras ou viúvas que não tivessem poder econômico comprovado e, portanto, estivessem sob o jugo dos pais ou dos maridos e dependentes destes. Os autores aplicam assim, uma limitação à participação feminina, uma vez que as casadas, pelas leis vigentes no país eram consideradas como relativamente incapazes e dependentes dos maridos. Assim eles tentaram estender o direito do voto somente para aquelas mulheres que não poderiam ser consideradas legalmente incapazes, uma vez que teriam que ter uma profissão ou uma renda comprovada para poder participar do jogo político. (KARAWEJCZYK, 2013, p. 88).

 Apesar da sua aprovação em 24 de fevereiro de 1891, Karawejczyk atenta que não se tem noção da dimensão da discussão para se estender o voto aos membros do sexo feminino, uma vez que nenhum desses documentos traz alguma referência sobre o tema.

 O voto feminino também foi representado em uma peça de teatro, e uma das que mais se destacaram foi Josephina Álvares de Azevedo (1851-?) que com a sua peça “O voto feminino”, tinha como objetivo desmascarar essa ideia de que a mulher foi feita para o serviço doméstico. Segundo Valéria Souto Maior (1995) que os avanços de um novo tempo de liberdade e igualdade então inauguradas pelo regime republicano, seria o momento para que a sociedade educasse e formasse um ser mais forte e preparado para as lutas da vida.

Assim, em O voto feminino, Josephina de Azevedo faz um retrato bastante fiel de tipos e hábitos da sociedade fluminense do seu tempo, especificamente relacionados com a questão da emancipação feminina, no qual está presentes tanto a mulher forte e consciente de seus direitos e valores, quanto àquela que modestamente vacila em reconhecer o alcance da sua capacidade e poder; tanto o homem conservador e preconceituoso às voltas com planos quixotescos para enfrentar a ofensiva feminina, quanto o outro mais propenso a dividir seus poderes com a mulher devido à própria incompetência. (SOUTO-MAIOR, 1995, p. 127-128).

 Josephina utilizava-se do fato de ser redatora, escritora e poetisa do jornal A família, para protestar publicamente contra a situação precária da educação feminina, assim como o cerceamento social, e segundo Souto-maior, ela enfrentava os preconceitos da sociedade tanto de homens como mulheres que se sentiam insatisfeitas com o conteúdo contestador de Josephina em suas publicações.

A família trazia outras críticas suas, desta vez dirigidas não mais apenas às leitoras- que, em geral, gostavam “mais dos jornais de modas e figurinos, pequenas futilidades propinadas à sua curiosidade, para proveito das modistas, dos mercadores de quinquilharias, e para eterno tormento dos pais de família e dos esposos" - mas também a outros jornais dirigidos às mulheres. (SOUTO-MAIOR, 1995, p. 89).

 No Brasil, esses movimentos feministas na segunda metade do século XX, já se encontravam em uma situação mais favorável que de suas antecessoras como Nísia Floresta e Francisca Diniz, e com a obtenção do voto em alguns países da Europa depois da I Guerra Mundial (1914-1918), foi de suma importância para a defesa do sufrágio feminino no Brasil como ressalta Hahner.

 Não apenas os exemplos dados por algumas nações “adiantadas”, mas também as ligações pessoais estabelecidas entre feministas brasileiras e líderes sufragistas internacionais incitou a formação de organizações pelos direitos da mulher no Brasil. Os governantes da nação se sentiam mais à vontade com as mulheres enérgicas, mas educadas que lideravam aquelas associações do que com mulheres como as feministas mais fracas do século XIX, a quem se sentia pouco obrigados a ouvir, muito menos a levar em consideração. (HAHNER, 1981, p. 96).

 Esses movimentos, segundo Hahner (1981) chegaram ao Brasil e as mulheres que se encontravam no mercado de trabalho, professoras de escolas primárias e outras da classe média entravam nas fileiras das reivindicações, pois, assim como os homens viam benefícios no serviço público, às mulheres passaram a vislumbrar vantagens no voto. Levando em consideração que as mulheres que ocupavam cargos altos no serviço público, tinham uma capacidade bem maior de se organizarem e liderarem o movimento sufragista e um exemplo foi a bióloga Bertha Maria Júlia Lutz que retornara ao Brasil depois de sete anos de estudos na Europa, graduou-se em Souborne onde viu de perto os movimentos sufragistas europeus. Berta competiu com êxito para uma alta colocação para o Museu Nacional no Rio de Janeiro, tornando-se a líder do movimento sufragista feminino brasileiro e estimulando outras para a causa.

Logo em seguida ao seu regresso ao Brasil, em 1918, Bertha Lutz publicou um artigo germinal, que ajudaria a iniciar um movimento pelo sufrágio feminino no Brasil. Em resposta à afirmação de um colunista de um jornal carioca de que os últimos progressos feministas nos Estados Unidos e na Inglaterra exerciam pouca influência no Brasil, ela lançou uma chamada formal para a “fundação de uma liga de mulheres brasileiras”, não uma associação de “suffragettes” para quebrarem as vidraças da Avenida, mas sim de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente de seu sexo, mas, ao contrário, deve ser útil e "tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela.” (HAHNER, 1981, p. 101).

 Hahner ainda ressalta que durante toda a década de 20, Berta Lutz e toda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino usaram de todas as táticas para a campanha das sufragistas, tentavam influenciar políticos e a opinião pública letrada e utilizando-se da imprensa para as suas reivindicações e sempre baseando através do diálogo e argumentos racionais no intuito de modificar opiniões, e que o sufrágio feminino no Brasil não esteve ligado a nemhum partido político ou movimento social, era uma exigência da classe média urbana por uma reforma eleitoral. Bandeira & Melo (2010), também concordam que a presença de Bertha no cenário político e com o seu espírito combativo trouxeram uma amplitude maior para o movimento, pois está dotada de conhecimentos e influências e o seu famoso artigo publicado na Revista da Semana de 14 de dezembro de 1918 “somos filhos de tais mulheres”, após o final da Primeira Guerra Mundial, elas ainda ressaltam que Bertha usou um pseudônimo de “Iracema” para assinar o artigo no qual tratava de defender os direitos políticos das mulheres como citam.

Tudo quanto está sucedendo estava previsto. As democracias vão começar aprendendo a ser a expressão fiel sincera de um regime social e político da igualdade humana. A mulher que não pudera conseguir ser compreendida na Declaração dos Direitos do Homem proclamados pela Revolução Francesa, a grande paria e dolorosa escrava, que usa braceletes de ouro em memória das algemas de ferro, foi libertada pela guerra e sentada ao lado do homem no trono da terra. As mulheres russas, finlandesas, dinamarquesas, norueguesas, suecas, alemãs e inglesas - quer dizer, uns cento e vinte milhões de mulheres na velha Europa - já partilham ou brevemente partilharão do governo, não só contribuindo com seu voto para a eleição dos legisladores, como podendo ser elas próprias eleitas para o exercício do poder legislativo. Todos os dias se leem nos jornais e revistas do Rio apreciações deprimentes para a mulher. Não há, talvez, cidade do mundo onde se respeite a mulher. O que deve consolar a brasileira é que os homens que essas coisas escrevem são piores do que a pior das mulheres. E esses os mais severos juízes. Que importa se alguns jornalistas satíricos nos continuem a considerar os animais de cabelos compridos e ideais curtas, quando o chefe da mais poderosa república do mundo proclama que a contribuição das mulheres para o grande resultado da guerra está fora dos limites da gratidão. A homenagem mínima que lhes presta é torná-las iguais aos homens no que respeita aos direitos políticos, podemos dizer "SOMOS FILHOS DE TAIS MULHERES”. (BANDEIRA & MELO, 2010, p, 15-16).

 Ainda no século XX, uma personalidade que também se destacou nos movimentos em prol da emancipação feminina foi a baiana Leolinda Figueredo Daltro, conhecida por seu trabalho com indígenas, que em 1910 liderou uma manifestação feminina coletiva no Brasil no intuito de formar um Partido Republicano Feminino (PRF). E acontecimento se tornou bastante peculiar pelo simples fato de um partido ser formado por mulheres que não possuíam direitos políticos, e que essa ordem de atuação não seguiriam os padrões normais de atuação. Karawejczyk (2013) ressalta ainda que a criação do partido tinha como objetivo avivar a questão do sufrágio feminino no congresso onde este não havia sido tratado desde Congresso da Constituinte de 1891, e suas pretensões políticas, que tinham como empecilho o simples fato de ser mulher.

 Hahner (1981) lembra que na elaboração da Assembleia Constituinte de 1891 até que foi debatido o sufrágio feminino, mas a mentalidade atribuída às questões de natureza biológica e de preconceitos da sociedade patriarcal da época a oposição ao sufrágio feminino, baseou-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres, ela também ressalta que, além da negativa às mulheres outros grupos também tiveram seus direitos negados.

 A Assembleia também recusou a inclusão de homens analfabetos, uma proposta defendida pelos positivistas, mas objetava pela maioria da elite política. O artigo constitucional sobre a elegibilidade do eleitor permaneceu como fôra originalmente projetado. Podiam ser eleitores “cidadãos maiores de vinte e um anos”, adequadamente registrados, com exceção de mendigos, analfabetos, soldados e membros de ordens religiosas. Por décadas consecutivas, esse artigo seria interpretado como excluindo as mulheres, de vez que não se achavam especificamente incluídas. (HAHNER, 1981, p. 87).

 Karawejczyk (2010) ainda lembra que Regina Cecília Maria Diva Nazário da cidade de Batatais no interior de São Paulo, e autora do livro “Voto feminino e feminismo” (1922), deu a sua contribuição na luta pela emancipação do voto feminino. Diva, na década de 1920, época que as mulheres ainda não tinham este direito deferido, teve a ousadia de solicitar seu alistamento eleitoral e tendo assim o seu pedido negado, fazendo assim com que Diva escrevesse o livro com questões relacionadas à sua experiência mal sucedida e levantasse também assuntos relacionados ao sufrágio feminino. Diva abre um recurso junto a 1° vara após seu pedido ter sido negado rebatendo as alegações uma a uma, com a premissa que o voto feminino já era uma realidade em vários países e assim se pronuncia.

 Assim como não se pode aceitar que a mulher tome única e pessoalmente todas as deliberações no lar particular, tampouco não se pode admitir que o homem o faça no lar geral, que é a pátria, e principalmente para assuntos em que seu coração e seu espírito são talvez incapazes de conduzir à meta requerida e necessária. Não se trata, no caso de indagar, como o faz V.S., o que a poderia ser a mulher depois de possuidora dos seus direitos políticos; a questão é reconhecer-lhes por ser de justiça, e de justiça quase que inadiável. E se quisermos estudar tais probabilidades, fácil e útil seria verificar o que tem havido em outros países, sem nos tornarmos por isso “uma terra fecunda de imitadores”. Todos os países são imitadores uns dos outros, pois tudo quanto existe nos seus diferentes países do mundo, e que concorre ao bem-estar de seus habitantes, não foi exclusivamente inventado em cada um deles. (NAZARIO, 192, p. 90).

 Todos esses movimentos em prol do voto feminino vale ressaltar que a Constituição Brasileira não trazia em si uma proibição ao voto feminino, apenas limitou-se a não conceder, o que acabou ocasionando essas reivindicações, já que na Constituição de 1891 era estabelecido que poderiam votar "eleitores e cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”, e essa forma como foi estabelecido o voto, levou muitas mulheres a fazerem o seu alistamento nas eleições, tendo o não como resposta às suas reivindicações, como cita Lourdes Bandeira e Hildete Melo (2010).

 A cidadania perseguida pelas mulheres e abortada pela Carta Constitucional de 1891 desmobilizou as mulheres e uma grande letargia dominou o movimento social. Só na década do século XX ressurgiu nova mobilização feminina agora tendo como mentora a Professora Leolinda de Figueredo Daltro (1860-1935), na luta pelo direito ao voto. Fundamentada pela constitucionalidade do voto inscrito de 1891, requereu seu alistamento, que como todos os outros requeridos por mulheres foi rejeitado pela justiça. (MELO&BANDEIRA, 2010, p. 13).

 Lourdes e Hildete ainda lembram que a luta das mulheres pelo direito ao voto que antecipara a constituinte de 1891, e que estes movimentos multiplicaram entre os anos de 1919 a 1920 elas ainda citam o desempenho da advogada Mirtes de Campos (1875-?), primeira mulher a ingressar na Ordem dos Advogados do Brasil, que também lutou pelo voto feminino no congresso jurídico, ao conseguir aprovar a emenda de sua autoria.

 E essa ambiguidade da constituição também serviu de argumento para que o Senador Juvenal Lamartine que posteriormente assumiria o cargo de Governador do Rio Grande do Norte interferisse em favor da causa feminina, a o então governador do estado, Augusto Bezerra de Medeiros, que incluísse as mulheres no pleito eleitoral, o qual foi a entendido, antecipando-se cinco anos antes do decreto do Presidente Getúlio Vargas que autorizava as mulheres nacionalmente a votarem, e serem votadas, dando início a uma nova etapa de mudanças sociais e culturais marcadas por preconceitos seculares.

## 2.5. A Emancipação feminina através do voto em 1927

 Durante o século XIX algumas poucas mulheres ousaram reivindicar direitos e quebrar regras estabelecidas durante séculos pela sociedade no que se referia ao seu comportamento, e modo de viver sem que estas fossem consultadas, regras de como se vestir, comportamento, dentre outros, mas os movimentos os quais tiveram mais significados liderados por mulheres foi a sua luta por direitos civis, o que implicava para as mulheres terem o poder de decidir perante a sociedade nos âmbitos políticos, sociais, culturais e econômicos, o que para às mulheres fazia bastante diferença poder eleger não somente homens, mas também, às suas companheiras, assim fazendo prevalecer as suas vontades de estabelecer um novo começo e na elaboração de projetos para construir uma sociedade em que estas fossem incluídas e que participassem na elaboração de projetos que fossem favoráveis à sua causa e nesse sentido dá um novo rumo na política até então dominada por ideias de um sistema patriarcal com um sistema social, político e jurídico, onde a mulher era relegada a categoria de segunda classe, já que perante a lei todos somos iguais, mas isso não se aplicava às mulheres, já que estas tinham as suas vidas asseguradas por leis altamente excludentes e machistas. O Estado do Rio Grande do Norte destaca-se como o primeiro a conceder o voto em 1927, colocando em vigor a Lei Eleitoral que determinava que em seu Estado pudessem votar e serem votados sem de sexos todos os cidadãos que reunisse as condições estabelecidas pela Lei”.

 Os direitos civis, políticos e sociais das mulheres despertava interesse entre os políticos simpatizantes da causa feminina, e nesse contexto alguns parlamentares como o senador Justo Chermont, elaborou um projeto que obteve sucesso em sua aprovação pelo congresso, como cita Yolanda Lôbo.

 Às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis n° 3 139, de agosto de 1916, e n° 3 280, de 27 de dezembro de 1916, revogada legislação em contrário (projeto do senado n° 102, 17/12/1919). (LÔBO. 2010, p. 33).

 Bandeira e Melo ainda afirmam que Bertha negociava com instituições e políticos em busca de apoio, dentre estes se encontrava Juvenal Lamartine, senador pelo Rio Grande do Norte, que prometera a Berta, inclui em sua campanha ao governo do Rio Grande Norte o direito ao voto das mulheres assim cita.

 Assim em confirmação de uma promessa feita pelo então senador do Rio Grande Norte Juvenal Lamartine a Bertha Lutz e as mulheres da FBPF, em 1927, este inclui o direito ao voto feminino em sua campanha política a Presidente do Estado e a encaminha à redação final da constituição do estado de Rio Grande do Norte, em seu art.77 das disposições Gerais: "No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinções de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei” (BANDEIRA&MELO, 2010, p. 16).

 O Rio Grande do Norte com a Lei Estadual n° 660 que foi aprovada no dia 25 de outubro de 1927, com isso algumas mulheres como a Professora Celina Guimarães aos 29 anos na cidade de Mossoró, obteve o seu registro e se tornou a primeira mulher a votar no Brasil. Após encaminhar bem-sucedida petição reivindicando sua inclusão no rol de eleitores daquele município, tornou-se a primeira mulher habilitada a votar na América do Sul. Mas Celina foi a única a solicitar o direito ao voto no Rio Grande do Norte naquele ano. Júlia Alves Barbosa, em Natal, fez a solicitação no mesmo dia que Celina 27 de novembro, e teve o pedido atendido dois dias depois, enquanto Celina no mesmo dia, assim afirma o TRE (Tribunal Regional Eleitoral do Rio grande do Norte).

 Soihet (2000), ainda salienta que apesar do ponto de vista eleitoral, o estado do Rio Grande do Norte ter reconhecido o voto, a sua concretização ocorreu nas eleições de 05 de abril de 1928, e suas respectivas eleitoras foram assim distribuídas em Natal, votaram Antônia Fontoura Carolina Wanderley, Júlia Barbosa e Lurdes Lamartine. Em Mossoró, além de Celina Guimarães, votaram Beatriz Leite e Eliza da Rocha Gurgel. Em Apodi, as primeiras eleitoras foram Maria Salomé Diógenes e Hilda Lopes de Oliveira. Em Pau dos Ferros, Carolina Fernandes Negreiros, Clotilde Ramalho, Francisca Dantas e Joana Cacilda Bessa. Ainda em Caicó e Acari, respectivamente, Júlia Medeiros e Martha Medeiros.

 Lamartine tinha principal proposta de sua campanha ao governo do Rio Grande do Norte o voto feminino e esse apoio dado à causa foi o que impulsionou as entidades lideradas por Bertha a promoverem uma infinidade de eventos com o intuito de homenageá-lo e segundo Lôbo, Lamartine se tornara o porta voz da causa feminina na Câmara dos Deputados e nesse ano de 1927 ele elabora a lei do Rio Grande do Norte com a finalidade de adaptá-la à Reforma Constitucional do Estado, permitindo assim as mulheres o direito de votar e serem votadas.

No Rio Grande do Norte, foi criada a Sociedade Eleitoral Feminina, primeira instituição do gênero fundada no Brasil, da qual fazia parte à primeira eleitora brasileira, Júlia Barbosa, a despeito da posição assumida por presidentes de outros Estados, manifestamente contrárias ao voto feminino. (LÔBO, 2010, p. 50).

 O fato das mulheres do Rio Grande do Norte terem adquirido o direito ao voto abriu um precedente para que o movimento liderado por Bertha Lutz a Federação pelo Progresso Feminino (FBPF), reivindicasse direitos para todas as mulheres no Brasil alegando que se uma pode então que fosse estendido a todas, Raquel Soihet (2000), ainda lembra que, apesar das mulheres terem conseguido o direito de votarem, este foi anulado pela Comissão de Poderes do Senado, assim.

Posteriormente, nas eleições realizadas para preenchimento da vaga criada no Senado com a renúncia de Juvenal Lamartine, votaram algumas eleitoras. Embora o candidato eleito fosse empossado, a Comissão de Poderes do Senado considerou nulos os votos femininos. Alegou que pretendia evitar “prejulgamentos quanto à sua conveniência e oportunidade”, pois o projeto que reconhecia, especificamente, a habilitação política da mulher estava ainda em andamento naquela casa. (SOIHET, 2000, p. 103).

 Soihet ainda afirma que mesmo que as mulheres não tivessem o direito de exercer em âmbito federal, estas continuaram a exercer o direito ao voto no plano estadual, assim como serem eleitas, como foi o caso de Alzira Soriano, que foi eleita como prefeita de Lajes no Rio Grande do Norte em 1928.

 Já na década de 1930 vale lembrar que a indicação de Júlio Prestes para suceder a Washington Luís na presidência isto desagradou a Minas Gerais que ainda se figurava a política “café com leite” da Primeira República e isto foi o estopim para a Revolução de 1930, onde Getúlio Vargas toma o poder e se configura um novo modelo de gestão política, e são nesse cenário de mudanças que Bertha encaminhou as suas reivindicações, assim diz Soihet.

Por outro lado, ao encaminharem as conclusões do Congresso ao Chefe do Governo Provisório, as representantes da FBPF enfatizaram sua reivindicação quanto aos direitos de votar e de serem votadas, de influírem na vida pública do país em condição de igualdade para ambos os sexos. Também suprimiram a importância de suprimir a incapacidade civil da mulher casada. (SOIHET, 2000, p.104).

 Com a ascensão de Vargas no poder, este passa a promover mudanças na Lei eleitoral com o discurso que devia às mulheres a metade da Revolução, uma das feministas a engenheira Carmem Portinho se manifestou perante tal afirmação, já que mediante deste fato as mulheres também teriam apenas a metade deste direito, como afirma Soihet.

“Sr. Presidente, é por isso que só querem dar a metade do voto? {Ao que Vargas manifestando estranheza, teria perguntado} Metade como? {E Carmem} Sim, o voto qualificado a determinadas categorias de mulheres. Nós não queremos assim. Ou tudo ou nada! (SOIHET, 2000, p. 104).

 Pela Lei eleitoral o voto era limitado às mulheres maiores de vinte e um anos, solteiras, viúvas e casadas que auferissem renda própria, ou seja, aquelas que, por declaração judicial da ausência do marido estivessem na direção dos bens do casal, às desquitadas e aquelas que tivessem sido deixadas pelo marido por um período maior que dois anos, encontrando-se este em lugar sabido, então este era o fator em que as mulheres exigiam que fossem modificados para que todas sem exceção fossem beneficiadas, fato este consumado, como cita Soihet.

Com decreto 21. 076 de 24 fevereiro de 1932 estabeleceram-se o voto feminino e o voto secreto. Faltava agora a incorporação desse princípio à Constituição a ser elaborada, o que foi feito com a inclusão do artigo 108 na Constituição de 1934. (SOIHET, 2000, p. 104).

 Mediante ao feito do Rio Grande do Norte em conceder o direito ao voto feminino, Bertha em 3 de julho de 1928 segue acompanhada do pai Adolpho Lutz ao Rio Grande do Norte como um intuito de conhecer melhor esse Estado e suas condições. Lôbo ressalta que Bertha foi recebida pelas entidades dos movimentos feministas e por políticos, onde fez caloroso discurso dirigindo o seu pensamento não só a mulher rio-grandense, mas a todas as mulheres brasileiras e o jornal A República publica em 8 de julho de 1928 o seu famoso discurso, como cita Lôbo.

Exmo. Ar. Presidente do Estado

 Eleitoras norte-rio-grandenses

 Minhas senhoras,

 Meus senhores

 Desvanecida por mais uma prova extrema de bondade que se vem acrescentar a todas aquelas com que cumulam, desde o primeiro instante em que pisei o solo abençoado desta terra dos bandeirantes, enérgicos, mais incapazes dos rasgos de eloquência tão característicos dos filhos da terra do norte, faltam-me, reconhecimento e a memória indelével destas horas de convívio que a morte apagará do meu coração.

Vinda da longínqua capital da República em obediência ao honroso convite do ilustre chefe desse Estado e das primeiras mulheres que tiveram a ventura de colocar as suas prerrogativas de cidadãs brasileiras ao serviço da Pátria, guiou-me o intuito de expressar-vos minha gratidão profunda pelo apoio dado à nobre causa que inspira toda minha existência e minha veneração de brasileira por vós que, tão desassombradamente, propulsionais o progresso sociológico do nosso querido Brasil.

 Atravessei no breve espaço de quinze horas de voo os 2.300 quilômetros que separam o Rio de Janeiro de Natal, este farol luminoso que irradia suas ondas de civismo e de fé na democracia sobre o continente sul-americano. Foi uma preciosa lição de geografia econômica e social. Vi qual mapa aberto sob meus olhos à faixa de oito estados do Brasil, ficando surpreendida pela indescritível beleza panorâmica, mas infelizmente mais impressionada ainda pela solidão.

 Florestas imensas, que cobrem a superfície da terra, do horizonte até o mar.

Praias selvagens, contra as quais o mar se arremessa em fúria ou indolente se espreguiça; rios caudalosos, campos e pantanares.

Espetáculo maravilhoso, por certo, mais triste, pois só de longe, longe se descobre um ligeiro vestígio de habitação humana.

Costumamos dizer que a nossa civilização é litoral; que ainda não penetrou no interior.

Devíamos dizer que nem sequer do litoral é.

Atualmente consiste de núcleos esparsos à orla do mar.

 A maior parte deste território tão vasto que herdamos ainda não é verdadeiramente nossa, porque não o soubemos conquistar. Assim fui pensando enquanto viajava horas a fio; a aeronave a consumir as distâncias e eu a meditar. (...)

Somos tão poucos os brasileiros; é tão vasto indomável o Brasil!

Exige de nós um esforço quase que sobre-humano. Por que querem então os nossos conterrâneos restringir a colaboração da mulher?

 A Pátria necessita de nós todos – no domínio do pensamento e principalmente no da ação. O tempo urge. Os problemas sociais, políticos, econômicos se acumulam, carecem ser resolvidos prontamente para cederem o passo a outros problemas, já resolvidos em outros países, que vêm ao encalço de nossas questões atuais.

Consolou-me apenas a certeza de que no fim da viagem havia de alcançar o único Estado brasileiro que compreendeu os ditames da época atual.

 E, pois, com o mais intenso júbilo que me acho no Rio Grande do Norte, onde sob a chefia de um dos mais eminentes da administração brasileira, onde resolutamente um dos problemas de maior relevância para o Estado e a Pátria, como sejam o aperfeiçoamento da aviação terrestre, marítima e aérea, a educação da massa operária, o ensino prático da agricultura e onde como nos países mais cultos da terra se admite a colaboração não só social e econômica, mas política da mulher.

 Saúdo-vos primeiras eleitoras, vós que a mais perfeita compreensão cívica soubestes traduzir imediatamente para o terreno da prática o gesto altivo e sobranceiro inspirado ao Congresso Estadual, pelo eminente homem de Estado, Dr. Juvenal Lamartine, que destarte impôs ao Brasil o respeito ao Rio Grande do Norte e ao exterior o respeito ao Brasil.

Hoje em dia é considerado quase inadmissível no concerto das nações civilizadas um país que aceita o trabalho e a dedicação abnegada da mulher no lar, nas oficinas, nas repartições públicas, profissões liberais, fábricas, mas rejeita sua colaboração no domínio mais amplo da vida pública tão intimamente vinculado à vida doméstica, aos problemas do lar, à educação do povo, à assistência sob suas múltiplas formas, como aos problemas de governo do qual dependem o bom nome e o prestígio das nações.

Em 1918, concitando o Congresso Federal Americano a conceder às mulheres o direito de voto, dizia o grande presidente Wilson: “A situação atual nos deprime e nos avilta em face dos países que fizeram dos Estados Unidos o árbitro da civilização”. Consideramo-nos o defensor máximo da liberdade humana, a fonte mais pura da democracia e, entretanto, estamos sendo apontados pelos países que se voltam para nós, implorando o nosso socorro às instituições ameaçadas, como ilógicos e anacrônicos porque não concedemos, senão parcialmente, direitos políticos à mulher. O prestígio e o bom nome dos Estados Unidos exigem essa reforma social”.

 Isto se passou dez anos atrás desde então o mundo não cessou de evoluir. A mulher conquistou sua maioridade política não só na Norte América, mas em quarenta países. O mundo possui hoje cem milhões de eleitoras. O voto feminino é desconhecido apenas em Portugal, na América Latina, nos países balcânicos e em algumas regiões menos civilizadas do globo.

 Em todas estas, as mulheres, auxiliadas pelos homens de mentalidade superior, lutam em prol dessa derradeira consagração da sua dignidade humana. As nações mais felizes veem seu progresso acelerado graças a cooperação estreita entre ambos os sexos – em todos os ramos econômicos e sociais.

 A Constituição federal nos concede os direitos de cidadania.

 E dever de todo cidadão brasileiro contribuir com seu voto consciente para o progresso do Brasil.

Alistai-vos! Estudai com carinho os problemas dos vossos municípios, do vosso Estado e do vosso País! Votai!

 Pouco importa que o vosso primeiro ensaio tenha fracassado parcialmente, de encontro a uma barreira de preconceitos, conveniências políticas de momento e tradições. Virão outras oportunidades em que as conveniências serão outras e o critério adotado também. Ocasiões em que o Senado hesitará perante um novo atentado contra as atribuições da magistratura como aquele constituído pela sua atitude presente no dizer do meu ilustre conterrâneo senador Adolpho Gordo e não mais apunhalará a nossa Magma Carta como proclamou vosso preclaro presidente Juvenal Lamartine.

Alistai-vos! Votai!

 Pela realização corajosa de vossos direitos, haveis de vencer.

 Há mulheres em todos os outros Estados, entre elas eu a primeira, que só aguardam a oportunidade para testemunhar-vos sua solidariedade reconhecimento, pelo tributo mais sincero que existe: a imitação.

 Perseverai!

 Breve vereis frutificar o vosso exemplo em todo o Brasil. (LÔBO, 2010, p.52 – 55).

 A leitura deste documento nos faz perceber o papel e a importância de Bertha Lutz na consolidação do direito ao voto feminino e de serem votadas, já que foi devido a sua coragem e comprometimento em advogar pela causa feminina mobilizando homens e mulheres, em prol da igualdade de direitos políticos.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

 A realização desta pesquisa se propôs a refletir sobre os caminhos percorridos nas lutas e as conquistas que envolveram a trajetória das mulheres em prol da sua emancipação, a luta contra uma sociedade pautada no preconceito, onde a mulher não fazia parte como um ser político, mas, como uma peça de dominação masculina e as concepções ideológicas que permeavam os séculos XIX e princípios do século XX, foram tomadas por um importante grupo combativo de mulheres que pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade iniciaram uma série de reivindicações em prol da sua emancipação, social, política e econômica.

 Com o avanço da industrialização e consequente ampliação do mercado do trabalho, fazia-se necessário que as condições de educação oferecida às mulheres fossem modificadas, já que até então, está só era oferecida aos homens, pois a economia fazia-se crescente em escala global, mas, o conservadorismo criava impedimentos com um discurso machista de que as mulheres não necessitavam de uma educação que lhes modificassem a sua natureza para a qual esta foi criada, para a reprodução e cuidar da família, fator este que passou a ser contestado por mulheres, principalmente na Europa e nos EUA em seu início.

 Nesse ponto de vista Hobsbawm (1988), defende que o século XIX foi marcado pelas transformações tecnológicas que permitiram também o avanço da instrução e da política liberal e isso incluía as mulheres, o que culminou em um avanço intelectual das mesmas, mas, todo esse crescimento não integrava a mulher na vida pública, o que mobilizou estas mulheres a uma série de reivindicações. A sociedade brasileira foi amplamente influenciada pelos movimentos europeu e norte-americano, tendo na rio-grandense Nísia Floresta a sua representante mais expressiva.

 A pesquisa enfatiza as discussões sobre as diferentes interpretações sobre o papel do patriarcado, na condição subalterna da mulher, enquanto Lerner (2019) atribui a dominação masculina às mulheres tendo como a finalidade a apropriação sexual da reprodução e que os homens se apropriaram da mulher e as transformaram em mercadoria e que os instrumentos ideológicos de instrução contribuíram para a aceitação da mulher a essa subordinação. Scott (1995) problematiza que existem diferentes fatores além do sexual, e muitos desses aspectos necessitam de um estudo mais aprofundado e que as desigualdades de gênero não devem ser atribuídas somente ao patriarcado, e que estes não estão relacionados só à questão econômica, pois estas já existiam muito do capitalismo.

 O Rio Grande do Norte apresentava um desenvolvimento dos aspectos econômicos, sociais e culturais, seguindo as transformações que estavam acontecendo em outros estados, e com o seu crescimento, com as importações agrícolas, tendo na agricultura o recurso mais lucrativo, investia pouco em obras públicas, como hospitais e educação e isso se refletia na baixa qualidade da educação, principalmente aquela destinada às mulheres. Esse fator educação foi o ponto inicial para que Nísia Floresta que traduziu livremente a obra da autora inglesa Mary Wollstonecraft "Reivindicação dos direitos das Mulheres”, para “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens", Nísia que é considerada a primeira feminista brasileira, passou a denunciar e a reivindicar melhores condições na educação para as mulheres e se utilizava da imprensa como aliada para denunciar, reivindicar e afirmar, que, só através da instrução as mulheres poderiam se libertar da opressão masculina.

 Os movimentos feministas em prol do voto feminino iniciados no século XIX tinham como exemplo a causa abolicionista, onde percebia uma similaridade no que tange o sentido da liberdade, os escravos a liberdade de existirem como pessoas, e às mulheres o fato de terem a oportunidade de exercerem a vida pública e de se libertarem da dominação as quais eram submetidas em relação aos homens. Esses fatores serviram de suporte para que mulheres do início do século XX, como Bertha Lutz dentre outras, que seguindo o exemplo europeu e norte-americano, pudessem dispor dos argumentos necessários para reivindicar perante os governos a sua aspiração maior a participação na vida pública, e Bertha Lutz que com a sua experiência conquistada na Europa onde viveu de perto esses movimentos, na sua volta ao Brasil passou a dividir com as suas conterrâneas as experiências por lá adquiridas.

 O voto feminino mobilizou mulheres, que apesar de pertencerem às camadas mais elevadas da sociedade como o exemplo de Nísia Floresta no século XIX, que apesar de não advogar exclusivamente em prol do voto, reivindicava por uma educação melhor e também pelo direito de as mulheres não serem tão submissa às vontades dos homens e acreditava que só através da educação isto seria possível, não só aquela baseada em transformar mulheres em boas donas de casa, e nesse sentido, Nísia consolidou o seu desejo ao fundar um colégio o qual ensinava as meninas outras disciplinas que eram direcionadas apenas aos homens despertando críticas de todas as formas pelos conservadores da época.

 Bertha consolidou toda a sua experiência, e o fato de pertencer a uma classe social elevada foram de grande importância para que pudesse advogar pela causa do sufrágio feminino, e apoiada pelos movimentos norte-americanos, estes movimentos foram copiados por todo o Brasil e com o apoio da imprensa que teve um papel fundamental, por alguns destes jornais serem administradas por mulheres foi de grande contribuição para suas reivindicações. O voto feminino também teve apoio de alguns homens que sensíveis a causa ou apenas visavam as suas aspirações políticas, deram a sua colaboração a uma causa que provocou diversas reações negativas em todo o mundo.

 No Brasil, este feito foi consolidado pelo estado do Rio Grande do Norte em 1927, por um decreto municipal, graças a uma promessa feita pelo senador e candidato ao governo Juvenal Lamartine, para Bertha Lutz, de que no seu estado, o Rio Grande de Norte, as mulheres teriam o direito de votar e de ser votada, direito este que pela constituição não era negado às mulheres, mas a sociedade patriarcal e machista da época negava-se a lhes conceder. O voto decisivo só foi instituído pelo governo Vargas pela Constituição de 1934 passando assim a valer em todo território nacional e abrindo um precedente para que uma grande quantidade de mulheres passasse a ingressar na política, para votarem e serem votadas.

 As discussões que envolvem a importância da mulher na política tomaram um novo começo, pois o que vemos hoje são um grande retrocesso onde pelas estatísticas recentes a porcentagem de mulheres que se candidatam ainda é reduzido proporcionalmente bem menor, além do crescente debate em torno da sua sexualidade e comportamento, o crescente número de mulheres estupradas e a disparada da violência doméstica nos leva a fazer uma avaliação e reflexão, de quanto ainda precisamos evoluir nesse contexto, o sistema patriarcal e o crescimento do conservadorismo no mundo põem em cheque a volta de um sistema de opressão, mesmo que em doses menores das que ocorreram no passado, e com a aprovação de parte das mulheres, isso nos acende um alerta de quanto ainda temos que lutar contra um sistema que se utiliza de termos religiosos e questões que envolvem a política na elaborações de leis que vão à contramão de todas as conquistas que outrora mulheres levaram séculos de muita luta para a sua implementação e que hoje estão ameaçadas ou pouco respeitadas por alguns segmentos da sociedade.

 Concluo dizendo que o esforço foi singular na realização deste trabalho, diante dos desafios postos pela situação vivenciada por todos no decorrer deste ano. Entretanto, para cada dificuldade que surgia, crescia em mim, a vontade de levar a diante este projeto que ora aqui apresento. Ressalto que a temática é de grande relevância e que despertou em mim, o desejo de continuar os estudos e pesquisa acerca do mesmo.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BANDEIRA, Lourdes & MELO, Hildete Pereira de. **O Conflito entre Reprodução e o desejo**. Niterói, v. 11, n. 1, p. 239-254, 2. Sem. 2010.

BANDEIRA, Lourdes & MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias: Movimento Feminista no Brasil**, Brasília, 2010.

BEBEL, August. **A mulher e o Socialismo**. Fonte: Revista Princípios nº 13, dez/1986, pág.: 20-27.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kühner. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas** - São Paulo: Editora UNESP 1992.

Campinas/ SP: **Autores associados**, n° 15, set/out/nov. 2000, p. 97-117.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**/ Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e Literatura no Brasil: trajetórias e diálogos**. Publicado por Estudos Avançados 17. 2003.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: **uma mulher à frente de seu tempo**. Editora Fundação Ulisses Guimarães RN. 1989.

FLORESTA, Nísia. 1809 ou 10-1885. **Opúsculo humanitário**. Ed. Atual. / com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe – Valadares. - São Paulo: Cortez; {Brasília, DF}: INEP, 1989. - (Biblioteca da educação. Série 3; mulher tempo, v.1)

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1859-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June. **Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério do século XIX**. Ver. Estud. Fem. Vol. 19 n°. 2 Florianópolis Maio/Agosto. 467-474. 2011.

HOBSBAWM, Eric j. **A era dos Impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil**. 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As suffagettes e a luta pelo voto feminino. História imagem e narrativas** n°17, outubro/ 2013- ISSN 1808-9895- htt://www.historiaimagem.com.br.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Uma paulista na luta pela cidadania política: Diva Nazário e sua tentativa de alistamento em 1922**. Artigo publicado na edição n°45 de dezembro de 2010. http:/www.historica.arquivoestado.sp.gov.br.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

LERNER, Gerda, 1920-2013. **A Criação do patriarcado: história de opressão das mulheres pelos homens** - São Paulo: Cultrix, 2019.

LINS, Sandra Regina de Sousa. Nísia Floresta: **O processo e a educação do Rio Grande do Norte no século XIX- (1832-1885).** Natal 2003.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife. 2010.

MONTENEGRO, Ana. “**Mulheres - participação nas lutas populares”**, 1985. M & S Gráfica e Editora Ltda.

NAZÁRIO, Diva. **Voto Feminino e Feminismo**. São Paulo, 1923.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte**. Segunda Edição. Editora Pongetti. Rio de Janeiro-GB, 1877.

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**: Natal: EDUFRN, 2019.

SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Os Direitos Humanos das Mulheres; visto através de um olhar pluralista e interdisciplinar**. Florianópolis. 2003.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2000, n.15, pp. 97-117. ISSN 1413-2478.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. **O florete e a máscara**; Josephina Álvares de Azevedo, Dramaturgia do século XIX. Florianópolis. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. "**Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**: Natal: Editora do IFRN, 2010.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação do direito das mulheres**; tradução Ivania Pocinho Motta. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo: Iskra, 2016. Recurso digital.

TRE-RN: Os 80 anos do voto de saias no Brasil-TRE-RN: Disponível < <https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>.> acesso em: 10/out/2020.

TSE: Serie: Inclusão a conquista do voto feminino do Brasil (2013): Disponível <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>.> acesso em: 10/out/2020.

1. [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#footnote-ref-2)